



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A COMUNIDADE DE QUEIMADAS FRENTE À EXPANSÃO
MINERARIA NO ALTO JEQUITINHONHA: A DEFESA DE UM
TERRITÓRIO.**

TIAGO GEISLER MOREIRA COSTA

BRASÍLIA – DF

[2017]

[TIAGO GEISLER MOREIRA COSTA]

**A COMUNIDADE DE QUEIMADAS FRENTE À EXPANSÃO MINERARIA NO
ALTO JEQUITINHONHA: A DEFESA DE UM TERRITÓRIO.**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

ORIENTADOR(A): Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira.

BRASÍLIA – DF

2017

Moreira Costa, Tiago Geisler

A comunidade de queimadas frente à expansão mineraria no alto jequitinhonha: a defesa de um território. / Tiago Geisler Moreira Costa. Brasília - DF, 2017. f. 108.

Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT)

Orientador(a): Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira.

1. Território 2. Identidade 3. Quilombola. I. Moreira Costa, Tiago Geisler. II. A comunidade de queimadas frente à expansão mineraria no alto Jequitinhonha: a defesa de um território.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS

TIAGO GEISLER MOREIRA COSTA

**A COMUNIDADE DE QUEIMADAS FRENTE À EXPANSÃO
MINERARIA NO ALTO JEQUITINHONHA: A DEFESA DE UM
TERRITÓRIO.**

Dissertação submetida a exame como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Dissertação aprovada em 30 de maio de 2017.

Brasília - DF,

Orientadora: Dr(a). Mônica Celeida Rabelo Nogueira.– Universidade de Brasília.

Examinadora interna: Dr(a). Gloria Moura – Universidade de Brasília.

Examinador externo: Dr. Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos.

Professor Adjunto -Departamento de Antropologia - Universidade de Brasília.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço alicerçado pela generosa contribuição de diversas pessoas que estiveram comigo neste caminhar de 2 (dois) anos, quando passei pelo MESPT. Agradeço, primeiramente, a minha família, especialmente minha mãe, por seu apoio incondicional na conquista de nossos estudos, nunca nos deixando parar esta caminhada tão importante e libertadora.

Agradeço especialmente ao meu irmão Bruno Sander e a minha cunhada Diana pela acolhida em sua casa, oferecendo-me a tranquilidade necessária para construção deste momento. Além do apoio irrestrito a mim oferecido nos períodos de estudo. Muito obrigado por tudo!

Aos quilombolas de Serro, em especial o senhor Ataide de Queimadas que foi um importante interlocutor deste processo. Estamos firmes e seguimos juntos na luta. Agradeço por abrirem as portas e compartilharem os seus anseios e dificuldades.

Agradeço aos colegas de mestrado com que tive a oportunidade conviver durante esse curto período de tempo, mas que se fez grandioso pelos laços de amizade e companheirismo na luta, dividindo as angústias e alegrias. Agradeço, em especial, a Lídia, Carolina Rodrigues, Andrea Brasil, Gilberto Martins, Alceu Karipuna Cosme, Oscar, Fianza (Fichença) e Creuza Kraho. Vocês são pessoas que muito ajudaram a construir minha formação ao longo do mestrado. Gratidão.

Agradeço aos colegas Moisés, Lucas Manchineri e Gilmar Galache (Terena) com quem tive um maior contato e hoje posso lhes disser que formamos uma irmandade. Eternamente grato pela convivência sincera neste tempo do MESPT.

Agradeço à professa Dra. Marcia Maria Gramkow pela orientação e pelas valiosas contribuições que vieram somar na construção deste trabalho. Grato por dividir um pouco da grande experiência em pesquisa e, antes de tudo, pela preocupação demonstrada durante a realização do trabalho. Muito obrigado!

Agradeço ao professor Dr. Matheus de Mendonça de Gonçalves Leite por ter sido meu primeiro orientador e parceiro nos trabalhos com as comunidades quilombolas de Serro, pelas oportunidades dada ao longo de minha formação acadêmica. Gratidão.

Ao professor Dr. José Emílio Medauar Ommati pelas conversas e trocas de ideias nos corredores da PUC Minas / Serro. Exemplo de profissional e, antes de tudo, um professor de verdade que nos instiga o interesse pela pesquisa, ainda, por sua seriedade com que trata os assuntos propostos. Muito obrigado por dividir o conhecimento.

Aos extensionista do escritório da Emater – MG em Serro, pela parceria que formamos ao longo destes mais de 10 (anos) de trabalho com as comunidades rurais de Serro. Em especial, Margarida por ser a primeira extensionista com quem trabalhei e tive a oportunidade de ver o carinho dos agricultores rurais para com ela, reflexo de um trabalho que dignifica o homem do campo.

Finalmente, e não menos importante agradeço aos amigos que partilham comigo este momento. Obrigado a todos pela torcida!

“PARA UM NEGRO

*para um negro
a cor da pele
é uma sombra
muitas vezes mais forte
que um soco.*

*para um negro
a cor da pele
é uma faca
que atinge
muito mais em cheio
o coração.”*

Adão Ventura

RESUMO

O presente trabalho tem por tema o processo de defesa do território da comunidade quilombola de Queimadas frente à expansão minerária no alto Jequitinhonha município de Serro – Minas Gerais. O interesse pelo tema surgiu mediante os estudos junto ao projeto de extensão da PUC Minas / Campus Serro, “A luta por reconhecimento dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos” durante minha graduação em Direito. O estudo também faz parte de minha militância junto à luta das comunidades quilombolas de Serro, onde tive a oportunidade de auxiliá-los num período de 10 (dez) anos, que se iniciou quando trabalhei no escritório da Emater-MG em 2006 e, logo depois, como extensionista universitário junto a PUC Minas.

Situa-se primeiramente o espaço/local da situação pesquisada, situando o leitor sobre dados espacial, geográfico e populacional do município. Apresentamos umas discussões conceituais que se referem à teoria sobre identidade e território, tendo em vista o apoio teórico para compreender a relação entre questões que se processam ao longo das décadas em Queimadas, território de quilombo, edificado historicamente nas relações e práticas construtoras da identidade quilombola. Depois refletir no questionamento das dinâmicas de ressignificação identitárias que emergem frente às ameaças à comunidade quilombola de Queimadas e seu território.

PALAVRAS CHAVES: QUILOMBOLA – MINERAÇÃO – TERROTÓRIO – IDENTIDADE

ABSTRACT

The present work has as its theme the process of defending the territory of the quilombola community of Queimadas front of the mining expansion in Alto Jequitinhonha city of Serro – Minas Gerais. The interest for the theme arose through studies with the extension project of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais / Campus Serro. "The fight for recognition of the rights of the remaining communities of quilombos" during my graduation in Law. The study is also part of my militancy in the struggle of the quilombola communities of Serro, where I had the opportunity to assist them in a period of 10 (ten) years, which began when I worked at the Emater-MG office in 2006 and soon Later, as a university extensionist with PUC Minas.

It is located the space / place of the researched situation, situating the reader on spatial, geographic and population data of the municipality. We present conceptual discussions that refer to the theory of identity and territory, in view of the theoretical support to understand the relationship between issues that occur throughout the decades in Queimada, territory of quilombo, built historically in the relations and constructive practices of the quilombola identity. Then reflect on the questioning of the dynamics of identity resignification that emerge in the face of threats to the quilombola community of Queimadas and its territory.

Key Words: Quilombola; Mining; Territory; Identity.

Sumário

A COMUNIDADE DE QUEIMADAS FRENTE À EXPANSÃO MINERARIA NO ALTO JEQUITINHONHA: A DEFESA DE UM TERRITÓRIO.....	1
A COMUNIDADE DE QUEIMADAS FRENTE À EXPANSÃO MINERARIA NO ALTO JEQUITINHONHA: A DEFESA DE UM TERRITÓRIO.....	4
LISTA DE FIGURAS / FOTOGRAFIAS	11
LISTA DE SIGLAS	12
INTRODUÇÃO.....	13
PARTE 1 – ENCONTROS E DESENCONTROS NO CENÁRIO DE SERRO.	15
1.1 - CARACTERIZAÇÃO REGIONAL / LOCAL.....	15
1.2 - FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NO SERRO.....	21
1.2 - A CHEGADA DO GRANDE EMPREENDIMENTO NO SERRO.	28
2 – IDENTIDADE: CONCEITOS TEÓRICOS E METODOLOGICOS.....	48
2.1 – OPÇÃO DA ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL DE APOIO.	56
2.2 - METODOLOGIA DE TRABALHO DE PESQUISA E SISTEMATIZAÇÃO:	60
2.3 - PROCESSO DE ANÁLISE DA IDENTIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADA: NARRATIVA HISTÓRICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADAS: CRIAÇÃO, CONSTRUÇÃO E FORMAÇÃO.	64
2.4 - DE CAMPONÊS “DA ROÇA” À QUILOMBOLA.	75
2.4.1 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES.....	87
PARTE 3 – CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES.....	97
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:.....	102

LISTA DE FIGURAS / FOTOGRAFIAS

Foto 01 – Mapa do estado de Minas Gerais com destaque ao município de Serro.

Fonte: site oficial da Prefeitura Municipal.

Foto 02 – Mapa do município de Serro / Dimensão territorial. Fonte: site oficial da Prefeitura Municipal.

Foto 03 – Mapa dos rios no município de Serro-MG.

Foto 04 – Mapa das bacias hidrográficas de Minas Gerais. Fonte: Divisão de Sistema da Informação do Setor de Geoprocessamento do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). (<http://www.serro.mg.gov.br/aspectos-gerais.html>.)

Acesso em: 20/02/2017

Foto 05 – Foto satélite cidade de Serro – Minas Gerais

Foto 06 – Mapa dos relatórios antropológicos apresentado ao INCRA no RTID das comunidades do Baú e Ausente, desenvolvido pela equipe da PUC Minas.

Foto 07 – Imagem das áreas que o subsolo está registrada em nome de alguma empresa mineraria - Imagem retirada do Relatório Antropológico da comunidade do Baú, apresentado ao INCRA.

Foto 08 – Mapa apresentado pelo empreendedor e constante nos EIA/RIMA.

Foto 09 – Foto reunião de deliberação do CODEMA em Serro – Minas Gerais.

Foto 10 – Fotografia das residências da comunidade de Queimadas.

Foto 11 – Foto de Donas Krenas / Comunidade de Queimadas em Serro – MG.

Foto 12 – Fotografia de produto “Feijão Miúdo” cultivado na comunidade de Queimadas.

Foto 13 – Casa de farinha da casa de donas Krenas.

Foto 14 – Moinho de cana. Utensílio usado para moer a cana.

Foto 15 – Fotografia satélite comunidade

Foto 16 – Fotografia satélite comunidade e sede de Serro-MG

Foto 17 – Produção de biscoito de goma, durante visitas do projeto.

Foto 18 – Produção de biscoito de goma, durante visitas do projeto.

Foto 19 – Produção de biscoito de goma, durante visitas do projeto.

Foto 20 – Dona Krena passando café, comunidade de Queimadas.

Foto 21 – Projeto Cidadão no papel, projeto da PUC Minas / Campos Serro.

LISTA DE SIGLAS

EIA - Estudo de Impacto Ambiental.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental.

CODEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município do Serro.

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 .

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por tema o processo de defesa do território da comunidade quilombola de Queimadas frente à expansão minerária no alto Jequitinhonha município de Serro – Minas Gerais.

O interesse pelo tema surgiu mediante os estudos junto ao projeto de extensão da PUC Minas / Campus Serro, “A luta por reconhecimento dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos” durante minha graduação em Direito. O estudo também faz parte de minha militância junto à luta das comunidades quilombolas de Serro, onde tive a oportunidade de auxiliá-los num período de 10 (dez) anos, que se iniciou quando trabalhei no escritório da Emater-MG em 2006 e, logo depois, como extensionista universitário junto a PUC Minas.

Partindo de minhas inquietações teóricas e conceituais resolvi empreender nesta pesquisa para, através da observação participante, tentar compreender as questões que a comunidade de Queimadas vem vivendo.

Busco desenvolver uma pesquisa de análise qualitativa em que seja possível dialogar com os diversos atores envolvidos na problemática aqui trabalhada e, antes de tudo, reunir os principais pontos que afetam a identidade quilombola na comunidade de Queimadas.

Durante minhas visitas na comunidade busco encontrar nas falas ou atitudes dos moradores da comunidade traços que demonstrem as flutuações e suas ambivalências e como essa identidade vem sendo construída e ressignificada mediante os conflitos no curso de sua história.

Tento descobrir na vivência da comunidade, através de uma observação participante os elementos conceituais que vão dialogar com os textos trabalhados e que vão apoiar na identificação dos elementos identitários e territoriais em questão.

A presente pesquisa foi tratada a partir de minha experiência vivida junto às comunidades quilombolas de Serro, durante todos esses anos em que atuei como extensionista junto ao projeto de extensão da PUC Minas / Campus Serro.

Apresento a dissertação em três grandes tópicos, onde inicialmente situo o espaço/local da situação pesquisada, situando o leitor sobre dados espacial, geográfico e populacional do município.

Em seguida trago a exposição sobre alguma das discussões conceituais que se referem à teoria sobre identidade e território, tendo em vista o apoio teórico para compreender a relação entre questões que se processam ao longo das décadas em Queimadas, território de quilombo, edificado historicamente nas relações e práticas construtoras da identidade quilombola.

Na Terceira parte busco refletir no questionamento das dinâmicas de ressignificação identitárias que emergem frente às ameaças à comunidade quilombola de Queimadas e seu território.

As questões aqui desenvolvidas percorreram o caminho da leitura com reflexão e diálogo com a comunidade e, para que este pudesse ser efetivado, foi construída uma parceria desde o primeiro momento em que me aproximei desta realidade.

Espero com essa dissertação contribuir para a reflexão e também despertar para um maior engajamento na luta e na defesa territorial da comunidade quilombola de Queimadas, frente à instalação de empreendimento minerário em seu território.

Estou apoiado, para pensar as questões conceituais propostas, pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, por ser o pensador que mais cedo contribuiu no entendimento de construção da identidade nos povos indígenas e nos demais povos tradicionais. Além do Cardoso, dialoguei no trabalho com outros pesquisadores para ter suporte nas questões conceituais e relacionais de identidade/território. Dentre eles José Maurício Arruti, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Glória Moura, Eliane Cantarino O'Dwyer e outros.

Dentre os diferentes aspectos na abordagem teórica e metodológica assinalo como conceito central a categoria de identidade, por perceber que o próprio conceito nos permite, além de observar, refletir o movimento de construção e da expansão que se realiza no confronto do desenrolar do conflito na comunidade quilombola de Queimadas na defesa de seu território.

PARTE 1 – ENCONTROS E DESENCONTROS NO CENÁRIO DE SERRO.

1.1 - CARACTERIZAÇÃO REGIONAL / LOCAL

O município de Serro, em Minas Gerais, surge com a chegada dos bandeirantes no início do sec. XVIII¹, em busca de ouro e diamante, minerais encontrados fartamente pela região.

Em 1714 a Vila do Príncipe é elevada à sede de comarca, tornando-se uma das principais do estado de Minas Gerais, pela riqueza que acabava de ser encontrada na região. Conforme registra Ávila:

Foi nos depósitos aluvionais às margens de rios e córregos que o ouro aflorou em abundância nas explorações de inícios do século XVIII na região do Serro, como viria também a ser no leito do Jequitinhonha e seus afluentes que, um pouco mais tarde, se dariam lavras de diamantes nas proximidades de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Se a natureza do terreno propiciou no passado rica atividade mineradora, o mesmo não aconteceu com relação à atividade agrícola, que ainda hoje encontra condições favoráveis em apenas parte do município.

(...)

As cabeceiras do rio Jequitinhonha e seus afluentes manifestaram-se de uma considerável riqueza e logo surgiram, as suas margens, os ranchos de que se originariam os primeiros povoados. Durante a década inicial do século XVIII, os trabalhos se desenvolviam ainda de forma desordenada, registrando-se constantes choques entre mineradores e aventureiros que para ali afluíam em grande número. (ÁVILA, 1995, p. 139-140)

O espaço do município de Serro (MG), localizado na região do Alto Jequitinhonha (divisão político-administrativa do estado de Minas Gerais), possui uma população de 21.431 (vinte e um mil quatrocentos e trinta e um)

¹ Segundo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, “é neste período que vão ocorrer os maiores volumes de povos africanos transportados para o território brasileiro” (ANJOS, 2013, p. 141).

habitantes², IBGE (2016), e aproximadamente 65% (sessenta e cinco por cento) da população vive na zona urbana do município.

Localizado no nordeste do Estado de Minas Gerais, o vale do rio Jequitinhonha pode ser, a grosso modo, dividido em duas porções contrastantes: o Alto e o Baixo Jequitinhonha. A calha alta do rio situa-se numa área de transição entre o cerrado e o semi-árido, marcado por predominância de unidades familiares na agricultura, posse da terra pulverizada, baixo dinamismo econômico, alta taxa de migração, tanto sazonal quanto definitiva, e agricultura extrativista baseada em um sistema de pousio. (GALIZONE, 2002)

Situado na região da Serra do Espinhaço, o Serro está localizado em uma área de transição entre os biomas da Mata Atlântica e cerrado. A região é cercada por pequenas matas e rios que abastecem a sede e também os seus distritos. É importante destacar que:

A Serra do Espinhaço, em todos os seus aspectos, é absolutamente singular. Resultado de uma dinâmica geológica associada aos movimentos tectônicos que formaram os continentes atuais a mais de um bilhão de anos, pode ser considerada uma espécie de “cicatriz” do parto que deu origem ao território em que, hoje em dia, habitam os brasileiros. É uma cadeia de montanhas longa, entrecortada por picos, vales, rios e lagos, abrangendo porção considerável dos estados de Minas Gerais e Bahia. (BARBOSA, 2014, pag. 31)

A área total do município é de 1.217,813 Km² o que faz com que o Serro seja um dos maiores municípios da região do alto Jequitinhonha em dimensão. E sua extensão territorial faz com que a diversidade seja ainda maior em relação às diversas formas de vidas, cultura, geografia e biomas. Conforme mostrado na figura abaixo:

² Dados do IBGE, segundo o censo demográfico de 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=316710&search=|informa%E7%F5es-completas>. Acesso em: 20/02/2017



Foto: Mapa do Estado de Minas Gerais



Foto: Mapa do Município de Serro (Extensão territorial).

Grande parte da população serrana que vive na zona rural exerce a agricultura familiar de subsistência, e possui apenas posse sobre a terra onde produz ou mora. Grande parte destas terras foram herdadas de gerações e gerações, locais onde a entidade familiar desenvolve a prática da agricultura de subsistência com a colaboração dos membros da família.

Divisor de águas o Serro possui um número considerado de pequenos córregos, rios e cachoeiras; onde alguns vertem sentido Vale do Jequitinhonha e outros, sentido no sentido Vale do rio Doce.

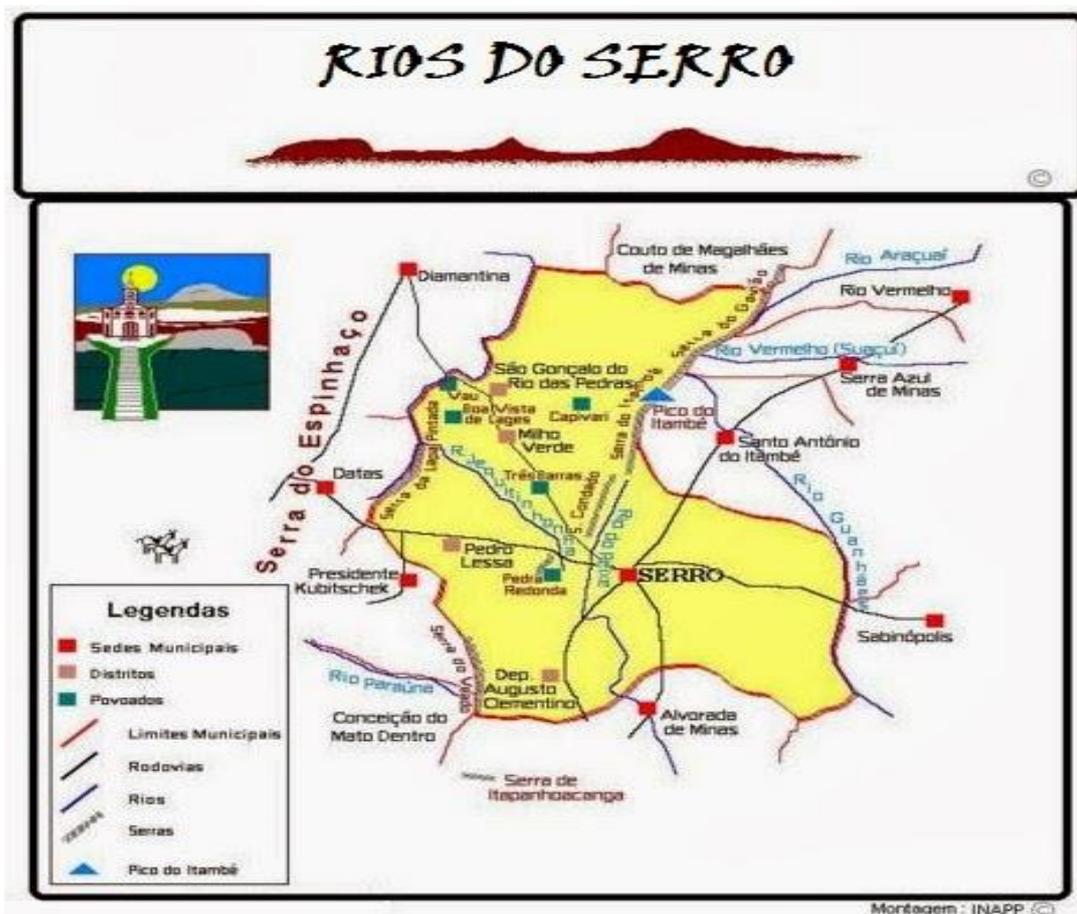


Foto: Mapa das bacias hidrográficas do município de Serro – Minas Gerais.

O rio Jequitinhonha nasce em Serro e é um dos principais rios do estado de Minas Gerais; ele passa pela região nordeste de Minas e vai até o estado da Bahia, onde desagua no Oceano Atlântico;

O rio do Peixe, outro importante rio que nasce em Serro, é um dos afluentes do rio Doce, inicialmente ele desagua no rio Guanhões e este desagua no rio Santo Antônio, que logo em seguida desagua no rio Doce.

O Serro está situado em uma região de transição entre bacias hidrográficas, a região é divisora de bacias; divisor de vales. Embora, o Serro esteja enquadrado como Vale do Jequitinhonha, o município possui parte do seu território que verte também para a bacia do Rio Doce.

O estado de Minas Gerais, devido a sua extensa dimensão territorial, é subdividido em vales marcados por bacias hidrográficas. Essa divisão é importante para facilitar a regionalização das políticas de desenvolvimento conforme as necessidades e realidades locais.



Foto: Mapa das bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais.

A exploração da atividade minerária faz parte da história do estado e também do Serro, essa atividade iniciou-se juntamente com a fundação da

comarca no sec. XVIII e perdurou até final dos anos 1980. Époça em que ainda era comum ver “dragas”³ e equipamentos de garimpos espalhadas pelos leitos dos córregos e rios.

Entre as décadas de 1980 e 1990 o Serro vivenciou o auge da exploração do carvão vegetal. Tempo em que pequenos agricultores e sitiantes exploravam suas terras através do desmatamento ilegal de matas nativas para extração de madeira utilizada na produção de carvão vegetal. Em substituição à mata nativa, explorada ilegalmente, começava a formação de novas pastagens nestes locais desmatados, onde ocorreu fortalecimento e a expansão ainda maior da pecuária leiteira.

O avanço das leis ambientais e a intensificação da fiscalização fizeram com que a extração ilegal de madeira nativa para produção de carvão diminuísse, pois essa atitude passou a ser tipificada como crime pela legislação federal. A extração de madeira nativa por essas áreas ocasionou um desmatamento considerável dando lugar às pastagens.

O Serro, durante um grande período, vivenciou a destruição de parte de sua Mata Atlântica, pois o carvão foi o sustento de muitas famílias devido o grande número de pessoas que trabalhavam nesta atividade.

Neste cenário surgem novas fazendas e pequenos sítios para a exploração da pecuária e também agricultura de subsistência.



Foto: Imagem de Satélite do município de Serro – Minas Gerais.

³ máquina utilizada para tirar a areia e cascalho do fundo dos rios ou córregos;

Com o fim da exploração do carvão vegetal ocorreu a migração de grande parte dos trabalhadores rurais que trabalhavam nas carvoarias para outras atividades. A agricultura familiar passou a ser uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no município. Outros que não conseguiram se realocar em outras atividades no campo vieram para a cidade, período que ocorreu um êxodo rural considerável no município.

1.2 - FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NO SERRO

A formação de quilombos pela região é resultante de um processo histórico de desenvolvimento colonizador, iniciado com a chegada dos bandeirantes logo nas primeiras décadas do séc. XVIII, em busca de riquezas minerais aqui existentes como ouro e diamante. Em decorrência deste processo histórico temos em Serro o estabelecimento de alguns quilombos.

A antiga comarca do Serro Frio, situada no nordeste de Minas Gerais, reunia sob sua jurisdição os termos do Serro, Conceição e Diamantina. Incrustada na serra do Espinhaço, a região fora constituída no encontro da pecuária extensiva, da agricultura de subsistência e da mineração de ouro e diamantes. Na segunda metade do século XIX a comarca abarcava uma vasta zona agrícola e pastoril que alimentava, principalmente, a população dedicada à mineração diamantina. As fazendas de cana-de-açúcar e grãos se espalhavam por toda parte e as lavras se estendiam pelos leitos fluviais e dorsos das elevações ribeirinhas, nos arredores de Serro e Diamantina. Franqueadas à exploração privada desde 1832, estas prosperavam sobretudo nas jazidas próximas ao rio Jequitinhonha. O ouro se tornara escasso e já não atraía grandes inversões de capital e mão-de-obra. (Cf. SANTOS).(MOTA, 2006, pag. 05)

Por sua produção considerável de ouro a comarca do Serro Frio era uma das mais importantes do estado de Minas Gerais do período colonial, possuía uma grande área territorial que abarcava vários distritos. Sua população era formada em parte por negros escravizados e negros libertos. Devido à grandeza de riquezas retiradas neste período, o Serro e região receberam um

grande número de negros escravos para trabalharem nas fazendas e também no garimpo.

Sabe-se que os quilombos no Brasil se formaram a partir de diversidade de origens, ou seja, nem todos têm origem na resistência/fuga, há casos de doação e compra de terras, após alforria etc.

Na década de 1860 Diamantina figurava como o principal centro urbano do norte mineiro. Em 1856 reunia em torno de 17 mil habitantes, número bastante superior aos 10.584 moradores do Serro.¹³ Embora não haja números precisos para o período em que ocorre a rebelião, o recenseamento geral de 1872 mostra que, nesta época, a população escrava ainda representava cerca de 39% dos habitantes em Diamantina e 18% no vizinho Serro, sendo constituída principalmente por escravos nascidos no Brasil.¹⁴ O segmento crioulo era especialmente numeroso no Serro, correspondia a 60% dos cativos do distrito da cidade desde a década de 1840.¹⁵ A maior concentração escrava em Diamantina era explicada pelo dinamismo de sua economia. Entre as décadas de 1830 e 1870, o município passou por um segundo boom de extração diamantífera que provocou uma corrida de pessoas à região e foi capaz de sustentar constantes importações de escravos africanos. Provenientes especialmente da África centro-ocidental, eles tenderam a permanecer na região após a extinção do tráfico atlântico, sendo empregados, sobretudo, como lavradores e mineiros. (Cf. SLENES) (MOTA, 2006, pag. 05/06)

Sede da Comarca o Serro contava com um número considerável de negros que prestavam os mais diversos serviços à sociedade serrana do século XVIII e XIX. Quando libertos prestavam outros serviços, mas aos poucos iam se espalhando pelo município. Em busca de locais em que fosse possível ter uma vida livre e digna longe dos caprichos do regime.

Na comarca do Serro, muitos ex-escravos atuavam como pequenos proprietários, artesãos, viviam de suas “agências” ou trabalhavam como “jornaleiros”, por exemplo na mineração de ouro e diamantes. No trabalho coletivo de extração e lavagem das pedras nas lavras, labutavam lado a lado com os cativos. Além de minerar, outras atividades eram desempenhadas conjuntamente: escravos e forros

buscavam lenhas nas matas, dormiam nos ranchos da beira dos rios diamantinos, freqüentavam as mesmas vendas ou compareciam às igrejas e irmandades locais. (Cf. SOUZA). (MOTA, 2006; pag 44/45)

A comarca do Serro durante muito tempo foi uma das maiores produtoras de ouro do estado. Além da mineração outros ofícios eram exercidos pelos negros libertos que, aos poucos, prestavam à sociedade serrana da época diversos serviços.

Devido ao uso de muita mão de obra escrava nos trabalhos da roça isso fez com que diversos quilombos formassem pela região, onde desenvolviam resistência ao regime vigente⁴ e pela luta da libertação dos negros.

A comunicação entre eles foi tão forte que foram capazes até de articular uma rebelião contra o regime, isso ocorreu em Serro no século XIX quando os quilombos da região articularam contra os brancos mas, no fim, foi frustrada com captura de um delator.

As motivações da rebelião de 1864 foram múltiplas e continuaram a inspirar os escravos nos anos seguintes. Podem ser buscadas nas durezas do cativo nos pequenos engenhos e lavras de Minas; nas percepções cativas sobre as guerras e o emancipacionismo da década de 1860; no questionamento da autoridade dos brancos pelas invasões de terras; bem como na força e vulnerabilidade dos quilombos mineiros. As comunidades de fugitivos das serras do Itambé e do Espinhaço funcionaram como grandes campos de treinamento para o levante, e seu grau de solidariedade aos escravos indica o claro do papel que desempenhavam na organização social das comunidades escravas da Comarca do Serro. Ao engajarem-se na insurreição, é bem possível que buscassem proteger as relações sociais e econômicas que haviam cuidadosamente construído com as senzalas. Em 1864, especialmente, um importante espaço de autonomia para escravos e quilombolas se encontrava em jogo. O acesso a terra estava ameaçado pela escalada da repressão policial e pelo avanço do loteamento de terrenos diamantinos nas periferias de Diamantina, destinado ao assentamento dos faiscadores pobres. (MOTA, 2006; pag. 50)

⁴ Como a rebelião de 1864 “A galinha está morta, agora só falta assar”.

O município neste período tinha uma grande população negra que era a força de trabalho a qual sustentava a comarca, os escravos eram parte considerável da população serrana e mantinham um elo de comunicação e interação entre si numa aliança pela liberdade e sobrevivência.

Os escravos africanos constituíam boa parte da força de trabalho nas lavouras de cana do Serro ou em minas como a do Barro, de onde ajudaram a traçar alianças duradouras com os quilombos circunvizinhos. (Cf. MACHADO FILHO). Nestes espaços, uma nova cultura em que se mesclavam elementos da vivência sob a escravidão e do passado africano estava possivelmente a solidificar a solidariedade que garantiu dois meses de resoluta resistência por parte dos rebeldes. (MOTA, 2006; pag 49/50)

Essas comunidades negras rurais compartilham uma vida e uma história em comum, resquícios de um regime escravocrata marcado pela exploração que perdurou por séculos. Desenvolveu em Serro não só a mineração, mas também as lavouras de cana de açúcar, atividades que utilizavam de mão de obra negra para o seu desenvolvimento.

Neste período, vários quilombos começaram a se formar pela região, cada um adaptado ao seu espaço e ao território com simbologias e significações próprias de cada local. Segundo Lilian Gomes, “estes grupos, submetidos a processos de exclusão desde os tempos coloniais, construíram territorialidades repletas de significações próprias.” (GOMES, 2010, p. 186).

Atualmente podemos encontrar em Serro cinco comunidades remanescentes destes antigos quilombos que se formaram pela região. Estas comunidades são: Baú, Ausente, Vila Nova, Fazenda Santa Cruz e Queimadas⁵; todas devidamente certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP, desde o ano de 2007.

Embora quase todas as comunidades quilombolas do Serro tenham se formado pela exploração do garimpo, uma delas se deu por um processo de ocupação territorial diverso. A comunidade de Queimadas tem sua história

⁵ Conforme certidão de autodefinição registrada no livro de cadastro geral nº014, registro nº1.665, fl.082, nos termos do Decreto e da portaria interna da FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, folha 29, se auto define como remanescente de quilombo. Texto extraído da certidão de auto definição da comunidade de Queimadas.

ligada ao desenvolvimento das fazendas de cana-de-açúcar e café que se formaram naquela região.

As comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, são originadas quase sempre de grandes posses ou fazendas, que na região não apresentavam muitas diferenças entre si. Localizadas próximas aos cursos d'água, são resultado do crescimento demográfico e da partilha incessante da terra entre gerações sucessivas. (GALIZONI, 2002)

Uma prática comum na região era os donos de terras doarem aos trabalhadores um pedacinho de terra para eles não abandonassem o serviço e nem saíssem de perto das fazendas e, assim, os fazendeiros continuassem usufruindo da mão de obra barata ou muitas vezes sem qualquer custo. Outro ato comum praticado pelos fazendeiros era migrar o trabalhador do local doado, como forma deste ir abrindo novas áreas de plantios e de pastagens.

Conforme as fazendas iam se expandindo pelo território, também iam se formando os ranchos e sítios de trabalhadores destas fazendas, pois era comum residirem nas proximidades das fazendas.

Durante o final do século passado as comunidades quilombolas de Serro trabalharam intensamente na exploração do garimpo e também nas lavouras das fazendas da região. Os negros que não trabalhavam em garimpo eram utilizados nas fazendas de cana de açúcar e café que estavam em expansão pela região.

O garimpo, durante muito tempo, foi a fonte de exploração das comunidades quilombolas que margeiam o rio Jequitinhonha e seus afluentes. As precárias condições a que os trabalhadores eram submetidos⁶ ainda estão vivas na memória dos moradores.

Nestas comunidades quilombolas vários pontos de garimpos foram instalados, geralmente os garimpeiros forneciam os equipamentos mínimos necessários para que os quilombolas pudessem explorar ouro e diamantes nos pequenos rios que cercavam as comunidades e seus territórios.

⁶ Relatos dos moradores das comunidades de Baú e Ausente sobre as condições precárias que estavam submetidos os trabalhadores; Relatos fortes da exploração que estavam submetidos como fome, estupro, excesso de pimenta na comida entre outros.

Atualmente, o garimpo foi abolido na região devido às fiscalizações constantes dos órgãos ambientais e pelo desenvolvimento da legislação. Isso fez com que os trabalhadores migrassem para outras atividades laborativas. Uma das alternativas foi a agricultura de subsistência para aqueles que ainda insistiam em permanecer no campo.

Com a decadência do garimpo em seus territórios as comunidades quilombolas intensificaram suas atividades na prática da agricultura familiar de subsistência, na criação de pequenos animais e na produção de uma pequena horta para consumo próprio.

A atividade de agricultura familiar sempre foi desenvolvida pela entidade familiar como um todo, abrangendo desde a criança que começa aos 8 ou 10 anos a ajudar os pais no plantio e os afazeres da roça até a idade que precisa sair da comunidade para buscar estudo ou trabalho fora da comunidade.

A terra é o principal meio de produção e patrimônio dos agricultores, mas em decorrência da pressão demográfica e da exaustão do ambiente, torna-se ao longo do tempo um limite para a sua reprodução social. Quando o número de membros excede a capacidade de suporte da terra, surge o imperativo de se decidir no interior da família como será resolvida essa questão e, nesse contexto, a herança constitui um ponto nodal para compreender as estratégias de permanência dos agricultores familiares na terra. (GALIZONI, 2002)

Neste contexto, a comunidade quilombola de Queimadas veio se espalhando por uma área considerável, conforme se casavam também iam se espalhando pelo território. Abriam novas “picadas” nas matas virgens e ali estabeleciam suas moradias; como forma de manter a reprodução e vivência social do grupo que ocupava o território.

A prática da agricultura familiar se desenvolveu em Queimadas desde o início de seu processo de ocupação no início do século XVIII, enquanto em outras comunidades como Baú e Ausente se dedicavam mais ao garimpo.

Assim, podemos dizer que em Serro ocorreram 2 (dois) processos distintos de ocupação territorial. Um regido pela exploração dos garimpos e outro pelo desenvolvimento das fazendas de cana de açúcar, café e gado.

A diversificação do ambiente impôs à população um uso e apropriação também diversificada dos terrenos (Ribeiro, 1997). As terras do Alto Jequitinhonha foram apropriadas de acordo com a utilização possível: privadas e rotativas nas manchas mais férteis de cultura - nas grotas - coletivas e extrativistas nas chapadas. Na relação estabelecida entre homens e natureza, os limites colocados por esta fizeram com que fossem construídas formas específicas de apropriação dos terrenos: existem áreas de uso coletivo, áreas de uso privado, áreas em pousio, etc. (Galizoni, 2002)

Em Queimadas a relação com a terra decorre de seu processo histórico de ocupação; a região se desenvolveu voltada para a cultura da cana-de-açúcar e do café. Fazendas iam se expandindo à medida que ia crescendo a necessidade de abastecer a sede do município e a região.

Não obstante esta integração das formas mais ou menos autônomas de atividades produtivas empreendidas pelos escravos à economia geral, é preciso ressaltar que o trabalho livre sobre a terra não garantiu, de forma alguma, o acesso dos ex cativos a ela no momento posterior à Abolição. Ao contrário, a exclusão do segmento populacional negro em relação à propriedade da terra foi peremptoriamente estabelecida por meio de uma série de atos do poder legislativo ao longo do tempo. Ainda durante a escravidão, a Lei de Terras de 1850 veio substituir o direito à terra calcado na posse por um direito auferido via registros cartoriais que comprovassem o domínio de uma dada porção de terra⁴. O direito legítimo adquirido através da posse efetiva é uma noção do “direito costumeiro”, que até hoje regeu a relação do campesinato tradicional com a terra, incluindo os grupos camponeses negros.

Embora tenham sido libertos do regime vigente na época, os negros livres ou libertos ficaram fora da possibilidade de conquista ou mesmo do acesso à terra. Continuaram dependendo dos donos de terras para poderem conquistar um pequeno pedaço de terra onde fosse possível reproduzir uma vida digna e livre.

1.2 - A CHEGADA DO GRANDE EMPREENDIMENTO NO SERRO.

O estado de Minas Gerais possui vocação para exploração minerária em geral desde os tempos do Brasil colônia até os dias atuais. O Serro é fruto deste desenvolvimento expansionista ocorrido no século XVIII, com a exploração das minas auríferas que aqui surgiam.

Embora o município de Serro tenha surgido através da exploração minerária no início do século XVIII, agricultura também foi uma atividade desenvolvida na região. Era necessário produzir e abastecer a sede da comarca e a região⁷. Isso ocasionou uma dinâmica de expansão diversa em algumas regiões do município. Assim, como o garimpo, as fazendas se desenvolveram em algumas regiões.

A mineração de ouro e diamante perdurou em Serro até pouco tempo atrás, hoje a lembrança dos trabalhos pesados no garimpo ainda é presente na memória dos moradores mais velhos das comunidades quilombolas de Ausente, Baú e Fazenda Santa Cruz. Essas comunidades vivenciaram de perto a exploração minerária em seus territórios.

A microrregião de Serro é composta por vários municípios de pequeno porte, onde parte de sua população não possui acesso à infraestrutura básica como saneamento, transporte e serviços de saúde adequados. Municípios que enfrentam crise financeira e sobrevivem do fundo de participação repassado pelo Governo Federal, o que dificulta a realização de obras de melhoria e infraestrutura.

A localização geográfica faz com que o Serro possua características físicas, geológicas e ambientais específicas⁸; e com isso, tem despertado o interesse de grandes empresas que exploram a atividade de mineração. Atividade que está se expandindo cada dia mais por toda a região⁹.

A história do Serro perpassa por exploração de atividades extrativistas como o garimpo de ouro e diamante, carvão; e neste momento, volta à

⁷ Neste período o que era produzido na zona rural era transportado em tropas para sede dos municípios vizinhos ou mesmo os distritos que pertenciam a comarca de Serro.

⁸ Por fazer parte da Serra do Espinhaço a região concentra com uma fauna e flora bem características; além do desenvolvimento de uma vida característica do sertão mineiro.

⁹ Na região do município de Serro estão chegando vários pedidos de implantação de empreendimentos.

mineração na esperança de que essa seja a oportunidade para o “desenvolvimento” da região e tornar, juntamente com a agricultura, uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no município.

A economia do Serro gira em torno da exploração das fazendas com atividades como pecuária leiteira, a produção de queijo, agricultura de subsistência e o pequeno comércio local.

A busca por aumentar as exportações e efetivar medidas capazes de enfrentar a “crise econômica” aponta para um incentivo à expansão de grandes empresas e empreendimentos do setor minerário pelo mercado mundial.

Nos últimos 10(dez) anos a região passou a receber algumas empresas que exploram a atividade de mineração, devido à constatação da presença dos minerais que podem ser encontrados no subsolo. O potencial da região para mineração tem se revelado com a chegada de alguns projetos pela região. Em municípios como Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Alvorada de Minas e, também, agora o Serro.

Grandes projetos começam a ser implantados pela região e são visto por grande parte dos moradores pela ideia de que irá proporcionar o desenvolvimento econômico nestes municípios. Ocorre que, mesmo que sejam tomadas com algumas medidas mitigatórias previstas pelos impactos gerados com a implantação e execução destes projetos não é possível neutralizar os danos causados no âmbito cultural, social e ambiental.

O município possui um subsolo rico em diversos minerais, sua localização espacial e geográfica proporciona uma geologia peculiar e formada há bilhões de anos, isso permite a existência de diversos minerais como ferro, ouro, cromo e outros. O que é possível verificar pela visualização do mapa abaixo:

É possível perceber a existência de diversos minerais no subsolo do Serro, minerais que são demandados por empresas do setor de mineração. E, com o intuito de fornecer ao mercado nacional e internacional matéria-prima para outros produtos, a região começa receber essas empresas que buscam matéria prima e local para implantar seus projetos.

Em Serro algumas áreas, onde estão localizadas as comunidades remanescentes de quilombo e seus respectivos territórios, futuramente poderão ser objeto de interesse por parte destas grandes empresas; devido às riquezas que podem ser encontradas em seus territórios. Atualmente, a comunidade quilombola de Queimadas, situada na zona rural do município está vivenciando essa experiência.

No quadro abaixo é possível observar alguns retângulos sobre a área territorial do município de Serro, esses retângulos representam áreas no subsolo já registrado por algumas empresas que exploram a atividade minerária. Áreas que futuramente deverão ser exploradas e implantado algum projeto por essas empresas.

Principais Processos Minerários na Região do Serro

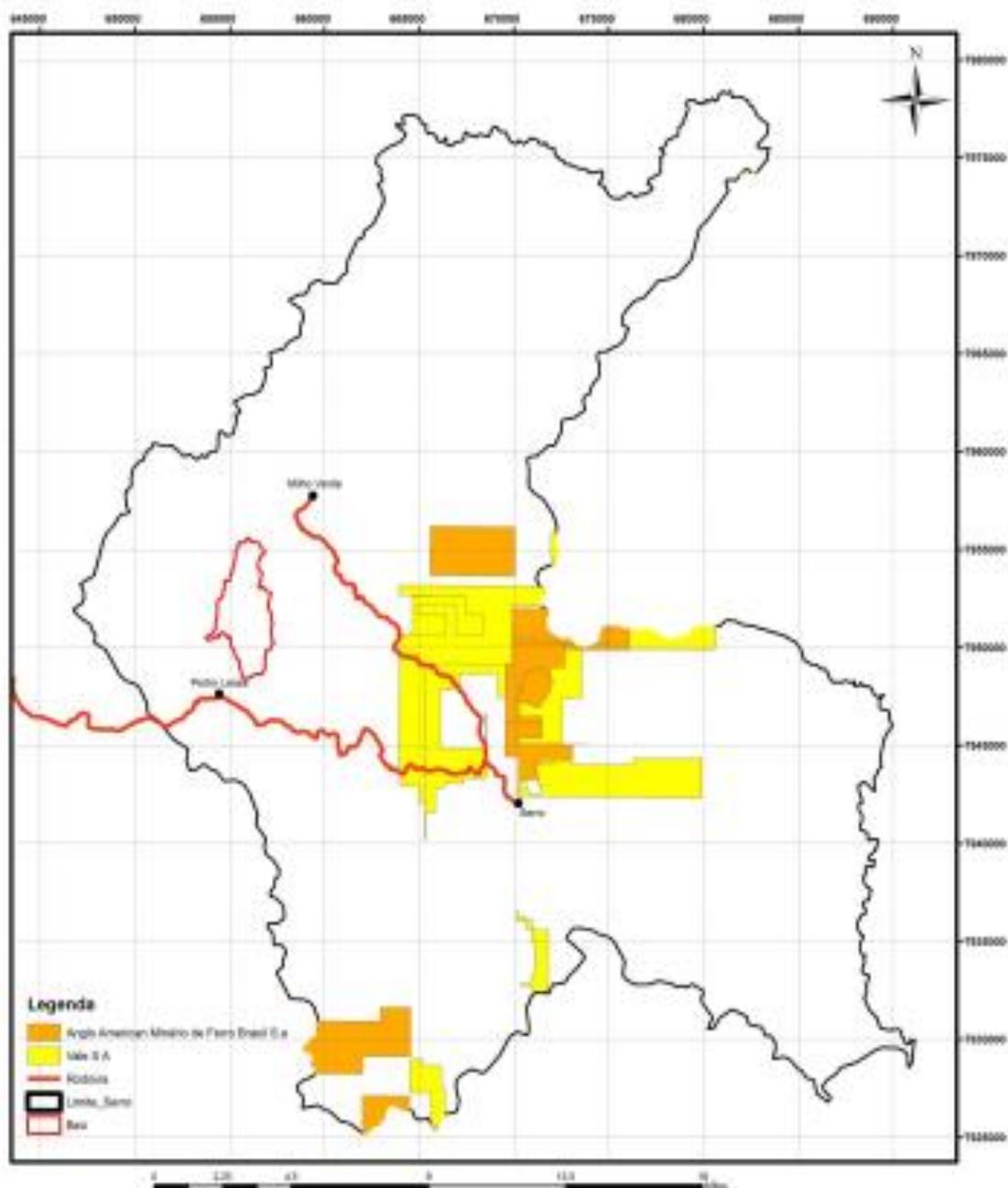


Foto: Limite Municipal (2012)
Imagem Google Earth

Sistema de Coordenadas UTM
(SIRGAS 2011)

Região Geográfica: Guanabara-Itaí
Acadêmico de Ciências Biológicas PUC- Minas
Exatidão: Inicialmente Ferraria
Laboratório de Tratamento de Poluição em Gestão PUC Minas Conselho Curricular - 2015

Foto: Mapa geológico do município de Serro – Minas Gerais e retângulos já registrado em nome de empreendimentos dentro do município.

A microrregião já vivencia a experiência de um grande empreendimento. O projeto “Minas – Rio” implantado na divisa dos municípios de Serro, Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro encontra-se em fase de exploração.

O aumento da produção mineral ocasiona o desenvolvimento de projetos como o “Minas – Rio”¹⁰ e “Projeto Serro” e outros grandes empreendimentos que pretendem instalar na região do Serro (MG). Tais projetos estão causando um avanço sobre diversas áreas como comunidades quilombolas¹¹, áreas de proteção ambiental (parques) e outras áreas de importância para conservação da fauna e flora.

O desenvolvimento de empreendimentos que exploram a atividade minerária representa uma nova dinâmica para as comunidades rurais, principalmente as comunidades quilombolas que já vivenciaram a experiência do garimpo.

Esse tipo de empreendimento altera as relações construídas / constituídas ao longo do tempo, essa nova dinâmica iniciada com a chegada destas grandes empresas faz com que haja uma ressignificação da identidade local. Essa ressignificação poderá ocorrer pelo conflito gerado ou mesmo pela lógica das empresas que se instalam pela região.

Ao provocar alterações das relações econômicas, ambientais, culturais e sociais constituídas historicamente as comunidades negras rurais começam a agregar e assumir “novas identidades” até então implícita¹², conforme os interesses de sua luta por sobrevivência e a defesa de seu território. Esse é um processo de ambivalência da identidade¹³.

A expansão de grandes empreendimentos e projetos de mineração pela região do Serro aponta para uma nova dinâmica na vida de pessoas que residem no campo. Moradores da zona rural que sempre tiveram uma vida voltada ao plantio / cultivo da terra e que exercem atividade da agricultura no

¹⁰ Um projeto de mineroduto considerado o maior projeto do mundo neste sistema.

¹¹ O projeto Minas-Rio desapropriou em Conceição do Mato Dentro uma comunidade quilombola que ainda não tinha reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

¹² Refiro aqui sobre o fato de a identidade quilombola ser uma necessidade externa, um reconhecimento exigido pelo Estado, mas que é a história da comunidade. Indiferente da denominação dada, seu passado de remanescente está implícito nos costumes e história do povo.

¹³ O que refere aqui como processo de ambivalência da identidade significa essa dinâmica causada pelos conflitos que constroem nossa identidade ao longo da vida.

regime de economia familiar começam a questionar sobre seu futuro, haja vista a incerteza causada com a chegada destes grandes projetos.

Neste cenário de expansão minerária a terra / território torna-se o principal objeto de disputa; vez que, essas grandes empresas começam a manifestar seu interesse em adquirir essas áreas para explorar riquezas existentes no subsolo e, conseqüentemente, começa a manipulação do mercado da terra na região.

Diversos são os personagens que surgem neste cenário de expansão minerária, pois começam a aparecer pessoas interessadas nas terras para, posteriormente, venderem às empresas de mineração que pretendem se instalar pela região.

Os comerciantes locais que esperam aumentar as vendas com a chegada deste grande empreendimento, pois haverá uma maior quantidade de dinheiro circulando na economia local; e os moradores das zonas rurais que defrontam com uma realidade até então desconhecidas.

A instalação/expansão de empreendimentos de prática extrativista mineral pela região de Serro aponta para o processo de impacto / ressignificação das “identidades” construídas nos territórios das comunidades quilombolas.

O caso ora proposto pretende analisar a situação da comunidade de Queimadas que disputa o espaço / terra / território onde pretende instalar o empreendimento denominado “Projeto Serro”, e sua “consequência” sobre a identidade quilombola local.

A disputa recai sobre o território da comunidade quilombola de Queimadas, situada na zona rural do município de Serro (MG), local / espaço onde pretende instalar o empreendimento minerário denominado “Projeto Serro”.

A instalação do referido empreendimento aponta para um impacto sobre a comunidade de Queimadas, haja vista a sobreposição deste sobre o território da comunidade. Esse impacto já é percebido apenas com a possibilidade de instalação o “Projeto Serro” e se revela em diversas relações estabelecidas pelos moradores ao longo de suas vidas. O referido impacto se revela nas relações sociais, culturais e ambientais, gerando conseqüências sobre o ser quilombola em Queimadas.

O “Projeto Serro” envolve diversos atores sociais, dentre eles estão os moradores da cidade, os moradores da comunidade quilombola de Queimadas, os comerciantes locais e a administração pública municipal que passa ser de grande importância neste processo.

O “Projeto Serro” da empresa Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A pretende explorar minério de ferro em um local situado aos arredores da sede do município e também da comunidade quilombola de Queimadas, sobrepondo, inclusive, a parte do seu território, afetando uma área considerada zona de amortização do Parque Estadual do Pico do Itambé.

Em 2015, a empresa Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A entrou com requerimento em âmbito administrativo para que o município de Serro declarasse a conformidade do projeto/empreendimento descritas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), apresentado ao município para análise da conformidade do mesmo com as normas de uso e ocupação do solo¹⁴.

Diante da solicitação feita pelo empreendedor o prefeito encaminhou a solicitação ao Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município do Serro (CODEMA), para que esse exerça seu papel legal e se manifeste sobre o pedido do empreendedor em relação ao “Projeto Serro”.

O referido empreendimento está localizado aos redores da sede do município de Serro, em um raio de aproximadamente 7 quilômetros¹⁵; bem como na proximidade / divisa da comunidade quilombola de Queimadas, localizada a menos de 8 quilômetros do centro do empreendimento, local este onde se pretende explorar a atividade minerária.

¹⁴ Criado por lei municipal de 2008.

¹⁵ “A área de estudo localiza-se a nordeste da sede municipal, da qual dista aproximadamente 7 km, em linha reta, de centro a centro das unidades de referência”.

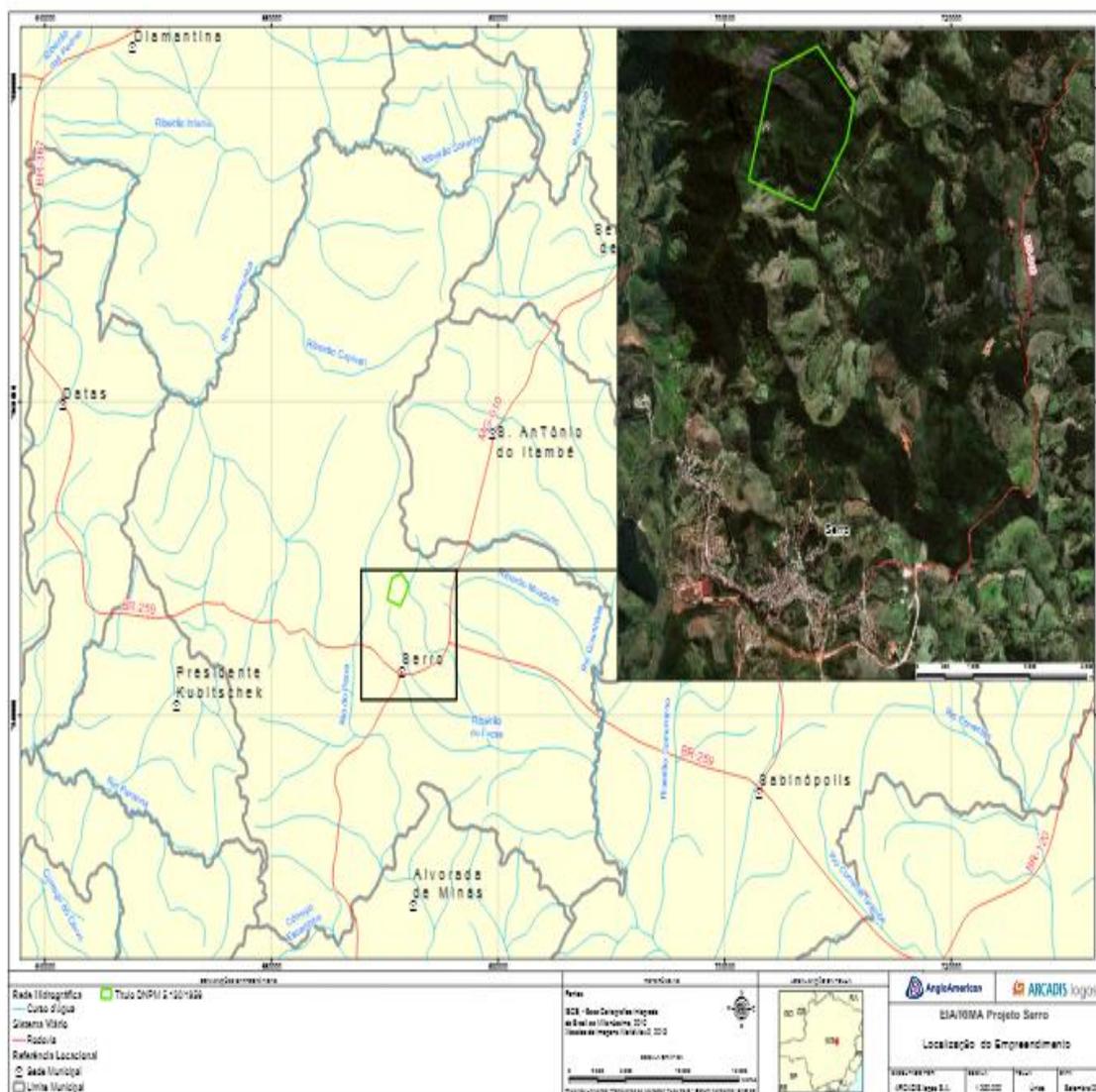


Foto: Imagens de satélite e geográfica da localização do empreendimento no município de Serro – Minas Gerais. Imagem contida no EIA/RIMA apresentado pela empresa.

O local onde se pretende instalar a mina para explorar a extração do minério de ferro faz parte de uma região onde está localizada a comunidade quilombola de Queimadas, sobrepondo-se tal empreendimento a parte de seu território.

A instalação do empreendimento denominado “Projeto Serro” cria condições que apontam para uma ressignificação da identidade quilombola dos moradores de Queimadas. A forma de ser e relacionar com meio ambiente e o espaço historicamente vivenciado pelos moradores entra em jogo neste contexto.

O problema ora analisado pretende compreender os possíveis impactos e transformações gerados pela expansão do empreendimento minerário sob a

identidade quilombola, que pretende instalar próximo à comunidade de Queimadas.

Como afirmado no voto proferido pelo professor Dr. Matheus de Mendonça Gonçalves Leite (PUC Minas) apresentado junto ao CODEMA, esse afirma que este empreendimento (Projeto Serro) vai alterar a forma de vida historicamente construída e compartilhada nesta comunidade.

a expansão das atividades capitalistas e a implantação de grandes projetos de investimento desestabilizam as formas de vida de comunidades tradicionais, perturbando a estabilidade e a lógica das relações sociais, econômicas e ambientais existente nestas comunidades tradicionais, e precarizando, ainda mais, os já deficientes serviços públicos existentes. (LEITE, 2015)¹⁶

A identidade construída pelo grupo sofrerá alteração com a instalação deste empreendimento, bem como a forma pela qual o grupo se organiza socialmente e como este lida com a terra e seu território. Isso fatalmente ocorre devido à proximidade da mina de extração de minério de ferro com a comunidade de Queimadas.

A empresa Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A entrou com o requerimento administrativo para que o município de Serro-MG declarasse a conformidade do empreendimento denominado “Projeto Serro” com as normas de uso e ocupação do solo.

Em audiências públicas realizadas e estudos feitos pelo próprio CODEMA em parceria com a PUC Minas / Campus Serro, percebeu-se que o empreendimento (Projeto Serro) não está em conformidade com as normas de uso e ocupação do solo do município. Uma vez que o empreendimento irá afetar a captação da água do município e, também, pela constatação de uma comunidade remanescente de quilombo na chamada “área de influência direta” deste empreendimento, que até então não constava nos documentos (EIA/RIMA) apresentados pelo empreendedor.

Fato que motivou o empreendedor a entrar com pedido judicial para conseguir a declaração via judicial.

¹⁶ Voto apresentado no CODEMA do Município de Serro – Minas Gerais.

A existência de uma comunidade quilombola na área de influência direta do empreendimento não tinha sido considerada pela empresa Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A quando elaborou os EIA/RIMA. A mesma só reconheceu a existência da comunidade remanescente de quilombo após audiência pública realizada no dia 16 de setembro de 2015 e manifestação presencial dos moradores de Queimadas, conforme voto apresentado:

“No dia 16 de setembro de 2015, foi realizada reunião ordinária do CODEMA, com a participação de representantes legais do empreendedor e de moradores da comunidade quilombola de Queimadas. Os representantes legais do empreendedor apresentaram do EIA/RIMA referente ao Projeto Serro, especialmente em relação à localização e tipo de empreendimento que se pretende instalar e operar no local. *Por sua vez, os moradores da comunidade quilombola de Queimadas mostraram, no mapa cartográfico apresentado pelo empreendedor, que a comunidade está localizada na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento minerário. A seguir, os membros do CODEMA questionaram sobre a existência de sobreposição entre a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento minerário e a zona de amortecimento do Parque Estadual do Pico do Itambé; do impacto sobre as bacias do Rio do Peixe e do Rio Guanhões; da infraestrutura viária a ser utilizada para o escoamento do minério de ferro extraído; e sobre a sobreposição entre a Área de Influência Direta (AID) e o território da comunidade quilombola de Queimadas.*”



Foto 08 – Imagem da reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Serro – Minas Gerais. (CODEMA)

Assim, logo após o decreto municipal que declarou a desconformidade do empreendimento “Projeto Serro” com as normas municipais de uso e ocupação de solo pelo prefeito municipal, a empresa Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A ajuizou procedimento judicial¹⁷ exigindo a obrigação de fazer, onde o município de Serro seja obrigado a declarar a conformidade do empreendimento com as normas legais do município, e conseqüentemente, a empresa possa prosseguir com o processo de licenciamento ambiental.

O procedimento judicial ainda se encontra em andamento, não tendo chegado ao final, mas em uma primeira decisão em que o empreendedor pede que seja concedida uma medida cautelar de suspensão da decisão do prefeito municipal, o Juiz de Direito da comarca do Serro-MG negou a liminar em que a empresa pede para que seja concedida tal certidão.

¹⁷ Procedimento judicial numero 0671.16.000620-9.

Atualmente o processo encontra-se em segunda instância perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para análise e proceda o julgamento do recurso interposto pela reclamante (Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A) contra a decisão do Juiz de manter a escolha do Prefeito em seguir o conselho.

Com a judicialização do procedimento para obtenção da certidão de conformidade e também a pressão da empresa esses fatos têm intensificado a disputa pela terra e gerado uma nova dinâmica sobre a identidade e o “ser” quilombola na região de queimadas.

A judicialização do conflito existente em relação ao empreendimento denominado “Projeto Serro” cria uma dinâmica ainda mais complexa para os moradores da comunidade de Queimadas, pois os moradores passaram a não mais participar das reuniões da associação comunitária e de outras decisões coletivas que interessam ao grupo, o que pode apontar para um retrocesso no processo de empoderamento e organização da comunidade.

A maior parte destes grupos que hoje vêm reivindicar seu direito constitucional o faz como um último recurso na longa batalha para manterem-se em suas terras, as quais são alvo de interesse de membros da sociedade envolvente, em geral grandes proprietários e grileiros, cuja característica essencial é tratar a terra apenas como mercadoria. (SCHMITT, et al. 2002. pag. 05/06)

Instaurado o conflito, esse irá proporcionar uma manifestação dos grupos envolvidos, seja da empresa, comunidade serrana ou dos próprios moradores da comunidade quilombola de Queimadas.

A proteção jurídica da comunidade de Queimadas está assegurada no direito em âmbito internacional, os conflitos do dia a dia fazem com que esses grupos enquadrados na Convenção nº 169 da OIT lutem pelo reconhecimento estatal por direitos coletivos do grupo.

A conexão e interseções específicas entre o direito e a antropologia praticada após a Constituição de 1988 no Brasil, tem se dado consensualmente em torno da auto-identificação de povos e grupos que reivindicam direitos territoriais, o que para o direito está fundamentado na convenção 169 da OIT, segundo a qual é a

consciência de sua identidade que deverá ser considerada como critério fundamental para a identificação dos grupos aos quais se aplicam as disposições jurídicas, e para os antropólogos contempla a perspectiva atual da disciplina que considera a auto-atribuição como fator socialmente relevante para compreender formas de pertencimento e organização social.(O ' DWYER, 2010. pag 48)

Nos termos da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quando se tem a presença de comunidades tradicionais em locais onde pretende instalar grandes empreendimentos, a comunidade deverá ser consultada previamente sobre o assunto. Como consta no artigo 15, aqui descrito:

Artigo 15 - 1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados. 2. Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes na terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades.

Consulta prévia significa que antes mesmo de ser concedida qualquer autorização, ainda que provisória para grandes empreendimentos ou obras que impactam diretamente uma comunidade tradicional, essa deverá ser consultada previamente.

Com o intuito de abastecer o mercado mundial o Brasil adotou um modelo econômico que tem aparentemente privilegiado a expansão de grandes empreendimentos extrativistas minerários por todo o país. Paul E. Little nos alerta que “o território de um grupo social determinado, incluindo as condutas

territoriais que o sustentam, pode mudar ao longo do tempo dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele.” (LITTLE, 2002; pag. 5)

O Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e pela pressão do movimento e comunidade negra em geral, conferiu a essa minoria (quilombolas) certos direitos que até então não eram positivados no conjunto normativo do Estado Brasileiro, e, dentre eles, os direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombo. Como forma de garantir a reprodução física e social do grupo.

Os chamados remanescentes das comunidades dos quilombos existem formalmente desde a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988. No âmbito dos debates da Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da carta magna, ficou instituída a ideia de que determinadas comunidades negras deveriam ser contempladas por um dispositivo legal específico que lhes garantisse o direito às terras tradicionalmente ocupadas. (NETO, 2015. Pag 158)

Nesse sentido, Oscar Vilhena Vieira diz que:

“Em 1988, resgatando uma dívida histórica e moral da sociedade brasileira para com a comunidade negra, nossa Constituição determinou, por intermédio de seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (SUNDFELD, 2002, pag.7)

Já SUNDFELD afirma que:

“o momento da constituinte representou um acerto de contas. Pairava na consciência de todos que se engajaram naquele processo um dever moral de emancipar os grupos desprivilegiado da história nacional, até então alijados das condições necessárias para uma existência digna. Esse sentimento se constitucionalizou.” (SUNDFELD, 2002; pag. 17)

As comunidades quilombolas trazem consigo uma herança cultural orientada por uma ancestralidade que constrói sua identidade, ou seja, o sentimento de pertencimento a determinados locais e grupos. Grupo que partilha traços culturais comuns que os diferenciam dos demais, neste caso com uma ancestralidade negra vinda do regime escravocrata, mas ressignificada no tempo.

A comunidade quilombola de Queimadas está ligada ao elo histórico da escravidão vivida na região de Serro mas, antes de tudo, aos trabalhos nas fazendas que abasteciam a sede.

Pode-se dizer que um traço cultural comum em Queimadas seja o passado ligado aos trabalhos nestas fazendas de cana-de-açúcar e do café mas, antes de tudo, porque em seu passado estão presentes os traços da ancestralidade escrava.

Um exemplo disso é o termo “remanescente de quilombo”, instituído pela Constituição de 1988, que vem sendo utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. (O’DWYER, 2010. Pag. 42)

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reconheceu aos remanescentes de quilombos que estavam ocupando suas terras na data da promulgação da CF/88 o título definitivo de suas terras, restando ao Estado apenas o reconhecimento deste direito.

“o art. 68 do ADCT não cogitou da intervenção da vontade do Estado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica para a conversão da posse em propriedade. Essa conversão se dá só pelo fato de existir, em 5 de outubro de 1988, a posse qualificada e prolongada dos remanescentes das comunidades dos quilombos sobre terras que, à época imperial, formavam aqueles agrupamentos organizados por escravos fugidos.”(SUNDFELD, 2002; pag. 34)

Não só a permanência histórica foi levada em consideração, mas também a continuidade do grupo no espaço em que historicamente viveram.

Além de uma herança negra ligada a escravidão, é necessária a permanência do grupo no local para que o Estado apenas declare sua titulação.

A partir da Constituição Brasileira de 1988, o termo quilombo, antes de uso quase restrito a historiadores e referido ao nosso passado como nação, adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. (O'DWYER, 2007. Pag. 01)

Todas as áreas que abrigam comunidades negras rurais que fazem ou fizeram parte da história do país passaram, com a Constituição Federal, a ter seu direito territorial reconhecido por lei, devendo o Estado apenas declará-lo nos termos da Constituição.

Neste momento, com a promulgação da CF/88, as comunidades remanescentes de quilombos começaram a ser reconhecidas como sujeitos de direito com direitos garantidos pela CF/88. Além do direito territorial inscrito no artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), outros direitos também foram positivados para garantir a proteção e reprodução do grupo. Isso é possível perceber através da leitura do artigo 215 da CF/88.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

E também pela leitura do artigo 216 da CF/88:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as

obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico .

Dos dispositivos constitucionais acima descritos é possível perceber que a Constituição Federal protegeu todo um conjunto de direitos que visam garantir a preservação dos espaços físicos que foram e, ainda são, importantes para as comunidades negras rurais, tendo em vista que passou a proteger os modos de criar, fazer, viver, as formas de expressão e, dentre outros, a própria cultura afro-brasileira.

Às “comunidades remanescentes de quilombo” é igualmente “atribuído o papel de grupo étnico, elemento fundamental formador do processo civilizatório nacional”. (O'DWYER, 2002, pag.23)

Esses grupos foram importantes na construção do país no passado e ficaram invisíveis no tempo, mas continuaram a sua reprodução física e social em locais que facilitavam sua existência como grupo, porém devido a essa invisibilidade resistiram e ainda estão presentes na história do país. A referida invisibilidade proporcionou a existência destes grupos até os dias atuais.

Acontece, porém, que o texto constitucional não evoca apenas uma “identidade histórica” que pode ser assumida e acionada na forma da lei. Segundo o texto, é preciso, sobretudo, que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada (como reza o artigo 68º do ADCT). Assim, qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de existência, que pode realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado. (O'DWYER, 2007, pag.02)

A proteção jurídica às comunidades de remanescentes de quilombo vai além do artigo 68 do ADCT, ou seja, a CF/88 protegeu também outros direitos das populações afrodescendentes. É possível perceber através de uma leitura sistemática da CF/88, que tombou os sítios arqueológicos das populações formadoras da identidade nacional. *“Assim, a construção de uma identidade*

originária dos quilombos torna-se uma referência atualizada em diferentes situações etnográficas nas quais os grupos se mobilizam e orientam suas ações pela aplicação do artigo 68 do ADCT.” (O'DWYER, 2007, pag.02)

O conceito de povos e terras tradicionais no Brasil está inscrito no ordenamento jurídico pátrio através do Decreto Presidencial 6.040/2007, onde diz que:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Grifo)

Dessa definição legal sobre o que são povos e comunidades tradicionais podemos perceber que se trata de grupos étnicos diferenciados, que assim se autorreconhecem em relação a outros grupos e que utilizam seu território e os recursos naturais existentes como meios necessários a sua vivência e reprodução social, econômica e cultural em uma dinâmica historicamente construída.

Como o Decreto está fundamentado na convenção 169 da OIT, segundo a qual é a consciência de sua identidade que deverá ser considerada como critério fundamental para a identificação dos povos indígenas e tribais, a participação de antropólogos no processo foi desconsiderada na medida em que não se fariam mais necessários relatórios antropológicos “atestando” a identidade quilombola dos grupos que reivindicam a aplicação do Art.68 da Constituição Federal. (O'DWYER, 2007, pag.50)

É o caso da comunidade de Queimadas marcada por uma cultura própria ligada ao campo, que utiliza dos recursos naturais disponíveis no território para a manutenção e reprodução das vidas que se espalhavam por aquele espaço, conforme iam se casando e surgindo as novas entidades familiares.

Alfredo Wagner Berno de Almeida, ao referir-se a povos e comunidades tradicionais afirma que:

Os povos e comunidades tradicionais, embora apoiados também nas unidades de trabalho familiar e em diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais, apresenta uma consciência de si como grupo distinto, com identidade coletiva própria, e formas de organização intrínsecas que não reproduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção. (ALMEIDA, 2010; pag. 105)

É desta relação direta com o território que historicamente compartilham, onde formaram os laços de afinidades, compadrio e parentesco é que podemos falar na formação da identidade do que é “ser” quilombola. A formação da identidade está diretamente ligada as praticas de sobrevivência construídas e reproduzidas pelo grupo ao longo de sua história.

2 – IDENTIDADE: CONCEITOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.

O presente capítulo tem por objetivo discutir os aspectos da construção da identidade quilombola da comunidade de Queimadas. Serão apresentadas algumas discussões conceituais referentes à teoria sobre identidade e território tendo em vista o apoio teórico.

Visa-se tentar compreender a relação entre questões que se processam ao longo das décadas em Queimadas, território de quilombo construído historicamente nas relações e práticas cotidianas edificadoras da identidade quilombola.

O Brasil durante séculos vivenciou o regime escravocrata, esse regime se sustentou à custa do povo negro, que foi escravizado e utilizado para construir esse país.

Negros que não se submetiam a esse regime muitas vezes fugiam e procuravam um local de difícil acesso onde fosse possível viver e se reproduzir sem que fossem descobertos ou perseguidos.

Houve também os quilombos que se formaram a partir das senzalas, quando começou o declínio das fazendas e do sistema escravocrata.

A escravidão deixou marcas na história do Brasil, acima de tudo no povo negro que resistiu ao sistema, mas ainda hoje luta pela construção de uma sociedade livre e justa. Assim, em decorrência deste processo, foi construída a identidade étnica marcada por essa história. Esses fatos contribuíram para que a referida identidade do negro no Brasil fosse orientada pelo passado com vista ao futuro.

O reconhecimento de seus direitos historicamente negados surgiu com a Constituição Federal de 1988, que a partir da constatação das violações de direitos, incluiu um rol de novos direitos aos povos de matriz africana, povos que foram fundamentais na construção do Brasil.

Os negros deram várias contribuições para a nação brasileira, por isso a necessidade de proteção de seus direitos, proteção de seus modos de modos de vidas.

O principal objetivo é demonstrar como o processo de construção da identidade quilombola em Queimadas está ligado intimamente à dinâmica

territorial, onde o conflito com o empreendimento minerário tem causado conflitos e distorções na construção coletiva do grupo.

Uma dinâmica, que rompe com o passado e estabelece uma nova postura dos moradores da comunidade mediante à defesa do espaço que historicamente ocupam. Espaço importante para a reprodução da forma de vida que escolheram para viver.

Nesta perspectiva é preciso pensar a identidade de Queimadas através de seus valores que estão implícitos nas práticas sociais, além de buscar compreender os valores que são históricos, sociais e culturais daquela comunidade.

A identidade quilombola pode ser diferenciada das demais não só pelo fato de ter uma história ligada ao regime escravocrata, mas também pelos costumes e formas de fazer e viver perpetuados ao longo da história.

“A identidade étnica tem sido diferenciada de “outras formas de identidade coletiva pelo fato de ela ser orientada para o passado”. Essa referência a uma origem comum presumida parece recuperar, de certo modo, a própria noção de quilombo definida pela historiografia. Vale assinalar, contudo, que o passado a que se referem os membros desses grupos “não é o da ciência histórica, mas aquele em que se representa a memória coletiva”⁷ — portanto, uma história que pode ser igualmente lendária e mítica.” (O’Dwyer, 2002, pag.17)

Um passado marcado por violações de direitos fez com que o grupo lutasse por direitos coletivos até então a eles negado. Direitos que garantissem a reprodução social, cultural e espiritual do grupo. Direitos importantes para garantir a sobrevivência do negro nos dias atuais.

A experiência vivenciada pelo negro foi importante para sua construção social enquanto grupo, haja vista que o regime escravocrata fez com que vários quilombos se formassem pelo território brasileiro.

Grupos estes que vêm a cada dia se redefinindo e gerando uma identidade orientada pelo passado, em uma perspectiva para o futuro. Daí a necessidade de garantir o acesso à terra como forma de assegurar sua sobrevivência.

A tarefa de fundamentar teoricamente a atribuição de uma identidade quilombola a um grupo e, por extensão, garantir – ainda que formalmente - o seu acesso à terra trouxe à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos negros e ultrapassar o binômio fuga-resistência, instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar estas conformações sociais. (SCHMITT, et al. 2002. pag. 01/02)

Nesse sentido, garantir o direito à terra para as comunidades remanescentes de quilombos implica, antes de tudo, permitir que sua cultura continue a se perpetuar ao longo da história. “Pensar a identidade de uma população implica em buscar compreender os valores por trás da lógica de pensamento e de sua vida cultural. Saberes, costumes e a cosmovisão integram os laços identitários e reafirmam a experiência de um grupo social.” (SOUZA, 2012. pag. 79)

A materialização destes saberes e costumes se dá através de práticas manifestadas no dia a dia. Garantir o espaço físico é importante para permitir que as subjetividades do grupo se manifestem e estejam resguardadas nos termos da legislação.

Assim, podemos dizer que o território é um espaço físico, social, político com características culturais e simbologias próprias construídas pelas populações remanescentes destes antigos quilombos. Rafael Sanzio Araújo dos Santos desenvolve o conceito do que venha a ser o território, dizendo que:

O território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem em comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política-social-econômica-territorial. (ANJOS, 2013; pag. 139)

Carlos Ari Sundfeld diz sobre o processo de territorialização como:

“A territorialidade é um fator fundamental na identificação dos grupos tradicionais, entre os quais se inserem os quilombolas. Tal aspecto

desvenda a maneira como cada grupo molda o espaço em que vive, e que se difere das formas tradicionais de apropriação dos recursos da natureza. São as terras de uso comum, em especial as “terras de pretos”, cuja ocupação não é feita de forma individualizada, e sim em um regime de uso comum. O manejo do espaço territorial “obedece a sazonalidade das atividades agrícolas, extrativista e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade.” (SUNDFELD, 2002; pag. 78/79)

No caso de Queimadas esse processo de territorialidade veio sendo construído ao longo do tempo. Os moradores foram estabelecendo um trabalho coletivo de mutirão e iam estabelecendo laços de amizade e compadrio, num sistema de ajuda mútua em que os mutirões eram feitos em época de plantio, ou seja, vários moradores se uniam para preparar e plantar o terreno um dos outros. Isso ajudou a construir a territorialidade da comunidade ao longo de todo espaço, uma territorialidade baseada em laços de afinidade.

Paul E. Little nos diz sobre o processo de territorialização que este é:

A territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata de contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. (LITTLE, 2002; pag. ¾)

Em Queimadas esse processo é percebido nas práticas do dia a dia, em que moradores sedem suas casas para atendimento médico, reuniões da própria associação comunitária e em outros momentos que o grupo precisa se reunir para pensar no coletivo.

A esfera do individual no caso de Queimadas sede lugar ao espaço do grupo, uma vez que é comum entre os moradores a liberação dos espaços familiares como a casa para servir o grupo em momentos para atendimento médico.

E Little continua dizendo que “A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantêm com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”. (LITTLE, 2002; pag. 4)

Esse processo histórico de territorialização ocorre com a expansão das fazendas de cana-de-açúcar e café. Embora o processo de constituição da comunidade se deu por lotes individuais, em que os donos das fazendas iam distribuindo lotes ao trabalhador para que não distanciasse das fazendas e, assim pudessem permanecer sobre seus cuidados, o processo de construção se deu de forma coletiva.

Laços de confiança e afinidade foram sendo estabelecidos ao longo da história da comunidade, pois eram construídos nos momentos coletivo ajuda mútua, ou seja, nos mutirões entre todos que ocupavam aquele espaço.

No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece a sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (O’Dwyer, 2010. pag. 43)

Embora os direitos territoriais estejam reconhecidos formalmente em textos normativos, a efetivação de tais direitos ainda está longe de ser uma realidade, nesse sentido Almeida diz que:

As dificuldades de efetivação destes dispositivos legais indicam, entretanto, que há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformações na estrutura agrária. (ALMEIDA, 2008; pag. 26)

Paul E. Little se refere a este processo dizendo que:

A conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna um elemento unificador de grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e as vezes impõem) outras formas territoriais. (LITTLE, 2002; pag. 4)

Nesse sentido, a dinâmica da comunidade de Queimadas em relação à defesa de seu território se dá conforme os conflitos aparecem. Sua territorialidade aflora à medida em que vão acontecendo os problemas relativos como foi na criação do Parque Estadual do Pico do Itambé e agora com a chegada do empreendimento minerário.

Historicamente a territorialização em Queimadas foi acontecendo pela dinâmica em o grupo estava submetido, assim, a medida que as fazendas iam avançando também iriam formando novas áreas de ocupação territorial. O casamento também foi um outro fator importante que imprimiu uma lógica de ocupação através da entidade familiar.

Conforme os casamentos aconteciam, espalhavam-se ao longo do espaço que hoje é a comunidade. Ali construía suas moradas e, a medida que os seus filhos iam casando, também construía as suas residências nos pedaços cedidos pelo fazendeiro.

Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. Estes dois conceitos são fundamentais e estão sempre inter-relacionados no caso das comunidades negras rurais, pois “a presença e o interesse de brancos e negros sobre um mesmo espaço físico e social revela, no dizer de Bandeira, aspectos encobertos das relações raciais (GUSMÃO, op.cit.:14). (SCHMITT, xxxx, pag 04)

A terra em Queimadas é o meio pelo qual ocorre a materialização das práticas e espaço em que são fortalecidos os vínculos comunitários, as práticas

não apenas econômicas locais e culturais, mas também espirituais que constituem ações específicas do processo de territorialidade.

Desta relação estabelecida acima podemos falar sobre a relação identidade/terra e o sentido construído de pertencimento do grupo, pelas práticas de convivência constatada na comunidade.

Percebe-se que a expansão de grandes empreendimentos atende a demanda econômica do mercado mundial, ocasionando a sobreposição de interesses em um mesmo espaço geográfico e gerado disputa em torno dele.

“com a finalidade de atender a demanda existente no mercado internacional por minério de ferro, expande-se a instalação de grandes empreendimentos minerários em pequenas cidades brasileiras, que se caracterizam, em geral, por possuírem formas de vida tradicionais, baseadas na pessoalidade das relações sociais, nos valores éticos expressivos de uma forma de vida culturalmente compartilhada e no modo próprio de apropriação dos espaços geográficos e dos recursos naturais nele disponíveis.” (LEITE, 2015)

Percebe-se também que a instalação deste empreendimento de mineração poderá influenciar ou promover mudança nos próprios conceitos sobre o seu território, causando assim um processo de (des)territorialização ou da própria reafirmação identitária.

José Mauricio Arrutti escreve que em alguns casos:

A negação do território está, portanto, estreitamente associada à negação da identidade, tanto naquilo que o grupo tem de particular (a fronteira que o distingue), quanto naquilo que o liga real ou potencialmente a outros grupos análogos (a categoria jurídico-administrativa que o insere em um regime discursivo nacional). (ARRUTTI, 2010; pag. 115)

No caso, com objeto do presente projeto é possível perceber que apenas a especulação da possibilidade de instalação deste grande empreendimento gerou uma incerteza na comunidade, inclusive com a própria negação da identidade historicamente partilhada.

Após boatos sobre a chegada do empreendimento da região do Serro, os moradores de Queimadas a princípio começaram a cogitar a possibilidade de venda das terras para a empresa. Ocorre que, com o passar do tempo, os moradores se atentaram para a importância de manter o acesso a terra e resolveram lutar por elas.

Essa negação poderá se dar segundo Arrutti da seguinte forma: “a negação do território é a negação tanto do território-local, do grupo, quanto do território rede, que leva para além do grupo”;

Assim, é possível perceber através de uma análise prévia da realidade que só pela possibilidade da expansão/instalação destes empreendimentos na região já houve um impacto na identidade do “ser” quilombola nas regiões que podem ser afetadas pelo empreendimento, mais especificamente na comunidade de Queimadas, o que em alguns casos poderá ocasionar a própria extinção do grupo.

Little ao citar Almeida diz que “as formas de uso comum da terra, que “consistem em processos sociais resultantes de contradições do próprio desenvolvimento do capitalismo”, empregam uma lógica econômica específica diferente da lógica do capitalismo”. (LITTLE, 2002; pag. 6)

Os territórios tradicionais, neste contexto, são alvo de grandes empreendimentos extrativistas, uma vez que as riquezas naturais a serem exploradas encontram-se, na grande maioria das vezes, dentro destes territórios tradicionais, sendo que estes espaços são protegidos por lei, por serem historicamente compartilhados por determinado grupo.

Uma nova dinâmica na identidade dos moradores começa por pressões prévias sofridas, seja pelas visitas dos funcionários das firmas em suas residências, ou mesmo em propriedade vizinhas adquiridas pelo empreendedor na região.

Os anseios pela nova dinâmica causada em torno da terra entram em jogo desde os primeiros momentos, ou seja, da notícia de instalação do empreendimento à sua implantação.

A cada entidade ou órgão que trabalha na busca de um desenvolvimento local a comunidade se manifesta conforme o tempo e espaço mas, antes de tudo, regida pelos interesses daquele momento.

Poderia se classificar como trabalhador rural / Agricultor Familiar / “da roça” e outros. A comunidade assume uma identidade agregando-se às demais conforme a necessidade. Neste contexto, a identidade assumida passa a ser uma escolha política, vez que é invocada conforme a conveniência da comunidade. Embora a comunidade seja remanescente de quilombo, o auto reconhecimento se dá conforme aparece a necessidade pela comunidade.

A lógica utilizada por estas grandes empresas é, muitas vezes, incompatível com as formas de vida encontradas nestas comunidades, principalmente, no que diz respeito à reprodução da identidade, ou seja, do “ser” quilombola construído no vivência, numa vida compartilhada e vivenciada em territórios tradicionais.

A realização da audiência pública de consulta é mais um momento em que a identidade quilombola deverá ser evocada para poder demonstrar a sua existência e as peculiaridades de cada local.

Apenas a notícia da possível instalação do denominado “Projeto Serro” fez com que os moradores de Queimadas mudassem de comportamento, atitude perceptível principalmente perante à associação comunitária. Isto confirma o quanto a possibilidade de instalação do empreendimento pode alterar a comunidade e sua rotina.

Fato que pode ser constatado com diminuição da participação dos moradores de Queimadas na associação comunitária que está, segundo a própria secretaria, “cada dia pior”, fato que se deu pelo assunto da terra; demarcação, enfim.

2.1 – OPÇÃO DA ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL DE APOIO.

Fiquei motivado a escrever sobre o presente tema através de minha experiência com as comunidades quilombolas de Serro, que começou durante minha graduação em Direito na PUC Minas Serro.

Partindo de minhas inquietações teóricas e conceituais resolvi empreender nesta pesquisa para, através da observação participante, tentar compreender as questões que a comunidade de Queimadas vem vivendo.

Tento partir da abordagem teórica para compreender como a identidade aqui discutida tem “flutuado” ao longo destes anos em Queimadas e

principalmente como o evento da chegada de um empreendimento minerário é capaz de influenciar essa flutuação.

Partindo das análises feitas no campo da teoria sobre identidade, ainda que alguns dos autores não tenham tratado diretamente sobre as comunidades quilombolas, mas à luz de seus escritos sobre o tema é possível analisar como essas questões vêm ocorrendo também nas comunidades negras rurais de hoje.

Embora, seja de conhecimento as teorias sua opção por autores latino-americanos, embora seja conhecedor das teorias de Frederik Barth e Stuart Hall, optei por trabalhar com autores brasileiros e latino americano.

Tento partir de sua perspectiva para compreender a postura e as causas dos moradores que ora optam por uma ou outra identidade. Como a identidade de camponês, genericamente chama aqui em Serro de “da roça” veio agregando a identidade étnica na luta por reconhecimento de seus direitos.

Analiso também o empoderamento das comunidades pela luta de seus objetivos quanto à participação deles com o poder público. Um processo que vem, a cada dia, sendo construído pelas lideranças locais.

Percebe-se através das manifestações dos membros das comunidades com as quais convivo que a identidade é também um processo político regido, na grande maioria das vezes, pelos interesses do grupo.

A identidade é um fenômeno tanto pessoal quanto social, ao mesmo tempo somos seres individuais e também nos constituímos em relação aos outros, sejam nossos pares (grupo étnico, grupo nacional) ou grupos aos quais pertencemos.

Através deste convívio com a sociedade inclusiva os quilombolas de Queimadas vem se ressinificando ao longo do tempo; e esse processo se dá através das experiências vivenciadas.

Acontece, porém, que o texto constitucional não evoca apenas uma “identidade histórica” que pode ser assumida e acionada na forma da lei. Segundo o texto, é preciso, sobretudo, que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada (como reza o artigo 68º do ADCT). Assim, qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de

existência, que pode realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado. (O'Dwyer, 2007. pag. 2)

A luta por continuarem existindo faz com que a comunidade reflita sobre suas condutas, cada vez que a identidade étnica é acionada vem se ressignificando, estabelecendo o porquê para justificar a sua própria existência no presente.

Nos primeiros contatos da comunidade com a PUC Minas para levantamento dos dados iniciais, os moradores não compreenderam a necessidade de serem oficialmente reconhecidos.

Conhecem de suas histórias vividas, narraram fatos de escravos histórias contadas pelos mais velhos. Contudo, parece que até aquele momento não compreendiam a necessidade de se auto declarar como quilombolas.

O problema da identidade em Queimadas surge com a necessidade do Estado Brasileiro em oficializar as comunidades para garantirem acesso a direitos agora inscritos na Constituição Federal. Portanto, Roberto Cardoso de Oliveira nos chama a atenção para:

A problemática da identidade e da identificação étnicas, desde que sempre seja contextualizada, i.e., relacionada com a natureza (ou “tipo”) da situação de contato, promete ter uma bastante razoável possibilidade – se nos é lícito supor – de implementar a investigação empírica, pois toca uma esfera crucial de qualquer sistema de relações sociais: a da relação entre o indivíduo e o grupo; constitui a ponte entre o indivíduo e a sociedade, em termos semelhantes (se bem que não idênticos) ao que representa o papel (“role”) numa teoria como a de Nadel (1957:20). E, nos termos de uma teoria das relações interétnicas, fenômenos como “flutuações” da identidade étnica – graças às possibilidades abertas à sua manipulação – e o exercício da identificação (étnica), devem ser interpretados como esforço muitas vezes dramático do indivíduo e do grupo para lograrem sua sobrevivência social. (Oliveira, 1976 pag. 25)

Partido deste pressuposto e das questões dadas no campo empírico que tento estudar as relações que se processam em Queimadas há décadas e este é um desafio ainda inacabado.

O procedimento judicial em que a empresa Anglo América S/A pede o direito de licença para exploração do “Projeto Serro” ainda vai acrescentar vários capítulos na história de Queimadas, sendo possível até a presente data apenas fazer uma observação destas questões que se processaram ao longo de sua história.

O apoio conceitual foi importante para compreender como essa dinâmica não é exclusividade das comunidades de Serro, partindo das leituras feitas em alguns autores pude compreender que o problema é uma questão que vem generalizando pelo país.

Em relação interna do próprio grupo estabelecida historicamente eles nunca tiveram a necessidade de se auto reconhecerem como tais, ou seja, não se tinha a necessidade de, entre seus pares no âmbito interno da comunidade, falar em quilombola.

Dada a necessidade de compreender o próprio processo de nomeação que surge com a inscrição das comunidades dos diplomas normativos é que essas comunidades vão começar a se auto declararem como quilombolas.

Assim, a partir de Barth (1969), as diferenças culturais adquirem um elemento étnico não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas quando as diferenças culturais são percebidas como importantes e socialmente relevantes para os próprios atores sociais. No caso das chamadas comunidades negras rurais no Brasil, tais diferenças culturais costumam ser comunicadas ainda por meio de estereótipos, que por sua vez podem ser relacionados com racismo e discriminação. . (O’Dwyer, 2007; pag. 47)

A partir da instituição de diplomas normativos que disciplinam ou implementam direitos é que podemos falar no processo de empoderamento. Digo no sentido que as comunidades precisam se organizar através de uma instituição coletiva para dialogar com o poder público e estabelecer as diretrizes para desenvolvimento local.

A assunção da identidade de quilombolas emerge como um contraponto à violência simbólica imposta pelas formas de classificação estatais, as quais, até a Constituição de 1988, não davam conta da diversidade de situações sociológicas presentes no campo e na cidade, pelo simples fato de ignorar muitas destas ou por tentar enquadrá-las forçosamente em categorias equivocadas. De fato, ainda hoje as categorias estatais não dão conta desta multiplicidade, mas a inserção do artigo 68 no ADCT da carta de 1988 significou um avanço no sentido do reconhecimento de formas de uso e ocupação da terra que até então eram relegadas à invisibilidade por parte de agentes e instituições do Poder Público. (NETO, 2015; pag. 163)

Com a implementação dos direitos territoriais pela Constituição, as comunidades começam a ter autonomia para estabelecer as diretrizes de desenvolvimento territorial. O que vem a fortalecer cada forma regionalizada e conforme tenha se dado o próprio processo de territorialização.

Atualmente os moradores de Queimadas têm sinalizado para um processo de fortalecimento das ações coletivas para desenvolvimento local. A associação comunitária é uma das saídas que os líderes da comunidade têm visualizado como esperança de uni-los e continuarem no processo de conquistas com o poder público.

A comunidade ainda se encontra fragilizada pelo assunto da mineração e vem aos poucos tentando compreender como acontece o processo de titulação para refletir quais caminhos tomar.

2.2 - METODOLOGIA DE TRABALHO DE PESQUISA E SISTEMATIZAÇÃO:

Busco desenvolver uma pesquisa de análise qualitativa em que seja possível dialogar com os diversos atores envolvidos na problemática aqui trabalhada e, antes de tudo, reunir os principais pontos que afetam a identidade quilombola na comunidade de Queimadas.

Durante minhas visitas na comunidade busco encontrar nas falas ou atitudes dos moradores da comunidade traços que demonstrem as flutuações e

suas ambivalências e como essa identidade vem sendo construída e ressignificada mediante os conflitos no curso de sua história.

Tento descobrir na vivência da comunidade, através de uma observação participante os elementos conceituais que vão dialogar com os textos trabalhados e que vão apoiar na identificação dos elementos identitários e territoriais em questão.

A presente pesquisa foi tratada a partir de minha experiência vivida junto às comunidades quilombolas de Serro, durante todos esses anos em que atuei como extensionista junto ao projeto de extensão da PUC Minas / Campus Serro.

A pesquisa partiu de minha inquietação acerca do tema e das leituras feitas de autores que trabalham a questão quilombola. Através destas leituras e do que vivenciei em Serro é que pensei em trabalhar com o tema partindo dos conceitos de identidade e território.

Inicialmente, ainda em uma fase de projeto para qualificação, pensávamos em dissertar sobre um conceito de identidade para a comunidade de Queimadas, entretanto no decorrer da pesquisa, percebemos que talvez o importante fosse tentar compreender as causas pela quais a identidade quilombola de Queimadas “flutuasse”. Então, direcionamos a pesquisa de forma a averiguar os motivos que levavam a comunidade ora se identificar como quilombola ora apenas como “da roça”.

As causas que justificam essa flutuação identitária parecem estar ligadas às dinâmicas territoriais estabelecidas pelo contato com a sociedade global. A luta por sobrevivência do grupo é o motivo principal desta flutuação.

Pensando nestes desdobramentos importantes que vieram sendo desvendados ao longo destes 2 (dois) anos, resolvi mudar o foco inicialmente proposto de construção de um conceito nativo de identidade.

Tenho também compreender os mecanismos legais que podem ser acionados pela comunidade como forma de garantir seu direito de consulta livre e prévia em relação a qualquer empreendimento.

A importância da pesquisa está em compreender a relevância dos conceitos trabalhados enquanto instrumento para a defesa dos direitos da comunidade quilombola de Queimadas, que atualmente convive com a ameaça de um grande empreendimento em sobreposição ao seu território.

A pesquisa compreendeu em algumas entrevistas informais e livres com algumas lideranças da comunidade quilombola, moradores que já estão envolvidos há algum tempo com a associação comunitária e que de certa forma vivenciam diretamente as questões aqui abordadas. Não foi possível escutar moradores de forma aleatória os moradores de Queimadas devido à fragilidade com que o assunto ainda é abordado dentro da comunidade.

Algumas entrevistas aconteceram no escritório local da Emater-MG em Serro, devido o acesso aos moradores, uma vez que toda semana essas lideranças estão na sede do município para resolver suas coisas. Outro fator que me levou escolher o escritório da Emater-MG foi a confiança e o elo estabelecido com os moradores via Emater-MG.

Tive a oportunidade também de entrevistar extensionistas da Emater-MG diretamente ligados às comunidades quilombolas, pessoas que representam e participam de conselhos municipais como o quilombola, o de desenvolvimento rural sustentável, dentre outros. Pessoas que há mais de 30 anos vêm trabalhando junto com a comunidade e que promoveram meus primeiros acessos junto às lideranças locais.

Trata-se de uma pesquisa que visa compreender a dinâmica da identidade da comunidade de Queimadas frente aos eventos ocorridos desde a chegada da Emater-MG, PUC Minas até o “Projeto Serro”.

Como apoio conceitual, utilizo autores que trabalham os conceitos e daí parti para uma observação mais atenta sobre as questões debatidas neste trabalho. A sistematização dos dados se deu conforme iam acontecendo os encontros e conversas com lideranças.

As fotografias foram tiradas durante os primeiros trabalhos de campo com os projetos da PUC Minas/Serro e também durante minhas visitas à comunidade em algumas ocasiões para levantamento de dados.

Particpei de algumas atividades desenvolvidas pela PUC Minas / Campus Serro em parceria com a Prefeitura Municipal e Emater – MG. Dentre essas atividades posso citar reuniões para eleição de nova diretoria para associação comunitária; visitas técnicas da Emater-MG; visitas dos projetos de extensão da PUC Minas / Campus Serro, bem como algumas reuniões da associação comunitária. Esses encontros ocorreram motivados pela vontade de estabelecer com a base um diálogo sobre a situação vivida por eles.

Nesta convivência tentei buscar algo que fortalecesse a causa, bem como mecanismos que ajudassem a empoderá-los e também para utilizar o termo da professora Marivania Leonor Souza Furtado “aquilombamento”.

Com o objetivo de compreender a territorialidade rural da comunidade e, antes de tudo, na tentativa de compreender as flutuações identitárias, como também a capacidade de reinventar-se a cada flutuação identitária.

Também participei de algumas reuniões de caráter deliberativo do CODEMA, a fim de observar os caminhos tomados pelos conselheiros para analisar o caso específico da comunidade de Queimadas. Também tive participação, ao longo da pesquisa, em diversas reuniões junto ao conselho quilombola para juntos auxiliá-los em uma tomada de decisão.

Alguns contatos também foram estabelecidos por telefone com a secretaria da associação para levantamento dos dados aqui apresentados. Alguns dados citados ao longo do trabalho foram fornecidos pela Emater-MG que está em processo de cadastramento da comunidade para implantação do programa de água pela FUNASA.

2.3 - PROCESSO DE ANÁLISE DA IDENTIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADA: NARRATIVA HISTÓRICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADAS: CRIAÇÃO, CONSTRUÇÃO E FORMAÇÃO.

Este capítulo pretende discutir a construção, significado e a importância dos conceitos de território e de territorialidade em suas dimensões social, política, econômica e cultural. Busca, em particular, realizar uma reflexão sobre a identidade e o ser quilombola na comunidade de Queimadas em Serro.

No início do século XVIII a mineração de ouro e diamante trouxe consigo uma grande massa de negros escravos para trabalharem nas minas que acabavam de ser encontradas, muitos não se adaptavam aos serviços e acabavam fugindo. Em resistência a este sistema deram início aos quilombos da região de Serro¹⁸.

Juntamente com a exploração da mineração de ouro e diamante desenvolveu-se também pela região a prática da pecuária e a agricultura, tornaram-se juntas as principais atividades econômicas desenvolvidas na região durante o ciclo do ouro.

A antiga comarca do Serro Frio, situada no nordeste de Minas Gerais, reunia sob sua jurisdição os termos do Serro, Conceição e Diamantina. Incrustada na serra do Espinhaço, a região fora constituída no encontro da pecuária extensiva, da agricultura de subsistência e da mineração de ouro e diamantes. Na segunda metade do século XIX a comarca abarcava uma vasta zona agrícola e pastoril que alimentava, principalmente, a população dedicada à mineração diamantina. As fazendas de cana-de-açúcar e grãos se espalhavam por toda parte e as lavras se estendiam pelos leitos fluviais e dorsos das elevações ribeirinhas, nos arredores de Serro e Diamantina. Franqueadas à exploração privada desde 1832, estas prosperavam sobretudo nas jazidas próximas ao rio Jequitinhonha. (MOTA, 2006)

Na expansão destas fazendas também se utilizava a mão de obra de escravos e negros libertos, que acabavam ocupando áreas próximas onde trabalhavam fato comum em diversas áreas do município.

¹⁸ Os quilombos de Serro eram de resistência ver o texto da revolta de 1864.

A comunidade de Queimadas não se sabe precisar bem ao certo seu início, mas segundo relatos de alguns de seus moradores eles vinham se espalhando pela região. Novas entidades familiares surgiam pelos novos casamentos e, dali estabelecia um roçado e ali mantinham suas plantas para sobrevivência.

Negros escravos ou mesmo libertos começaram a se estabelecer pela região em busca de trabalho nas fazendas que se desenvolviam, conforme arrumavam trabalho iam abrindo pequenas picadas nas matas nativas próximas das fazendas e estabeleciam ali suas moradas onde criavam a família.

Tal sistema de produção, mais livre e autônomo, baseado no trabalho familiar e em formas de cooperação simples entre diferentes famílias, acha-se intimamente vinculado ao deslocamento do conceito de quilombo. Mais que possíveis laços “tribais”,¹⁰ temos nos quilombos instâncias de articulação entre essas unidades de trabalho familiar que configuram uma divisão de trabalho própria. Do meu ponto de vista, a questão do denominado “quilombo hoje” passa também pelo entendimento do sistema econômico intrínseco a essas unidades familiares, que produzem concomitantemente para o seu próprio consumo e para diferentes circuitos de mercado. (Almeida, 2002. Pag. 51)

A comunidade quilombola de Queimadas na zona rural de Serro é fruto deste desenvolvimento e desta dinâmica de expansão territorial.

A região de Queimadas se desenvolveu em torno das fazendas de pecuária e de cana-de-açúcar. Foram formando pela região algumas fazendas de produção da cana-de-açúcar e de café.

Contam os moradores de lá que eles se estabeleceram pela região conforme iam se casando, mas também quando arrumavam serviços nestas fazendas, assim começavam a ocupar a região. Em um processo de ocupação territorial regido pelas plantações de cana, café e pela criação de gado.

Mesmo trabalhando nas fazendas da região, os moradores também mantinham uma pequena área em volta do pedaço de terra que era cedido, ou às vezes comprado. Espaço necessário para ter uma pequena plantação ou

uma pequena criação de animais para ajudar no sustento da família. Toda entidade familiar estava envolvida com os trabalhos da terra.

Importa, portanto, ressaltar a dimensão da autonomia dos grupos sociais autodefinidos como quilombos em relação à unidade de produção das fazendas agro-exportadoras. Essa autonomia se traduz na liberdade de definição do futuro do grupo em relação à autoridade dos senhores e donos de terras, assim como na independência alcançada no controle sobre o processo produtivo. (NETO, 2015. Pag. 162)

Os casamentos aconteciam entre os próprios moradores da região, casavam primos com primos e, uma vez ou outra casava-se fora da comunidade e, quando ocorria, eram apenas os homens que buscavam as mulheres fora, mas sempre na região de Serro ou Santo Antônio do Itambé (MG).

Assim, parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluída, levando em conta a concepção de F.Barth (1976) de flexibilidade dos grupos étnicos e, sobretudo, a ideia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião. É o caso da identidade quilombola, construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas. (SCHMITT, 2002; pag. 04)

Fatos importantes contribuíram para uma dinâmica territorial regida pelo parentesco, vez que a própria ocupação se dá pela herança. Novas residências surgiam nas terras ocupadas pelas próprias famílias que praticavam doação entre os novos casais que se formavam para ali começarem uma nova familiar. Conforme os mais velhos vão morrendo as terras vão sendo transferidas aos herdeiros pela hereditariedade.

acesso à terra é garantido “pela via hereditária, isto quer dizer que alguém tem direito virtual de dono’ sobre a terra não simplesmente porque é um indivíduo, mas porque o é enquanto filho e herdeiro. Na definição da herança igualitária, assim, está imbricada uma definição estrita das relações de parentesco, seguindo o critério prioritário da filiação (PAOLIELO, 1998: 158).

Na fotografia abaixo um exemplo comum das comunidades quilombolas de Serro, quando os filhos se casam os pais cedem aos recém-casados uma pequena área em seu terreiro para que possam construir sua nova moradia.



Foto: Residências típicas das comunidades quilombolas de Serro, onde os pais cedem um pedaço no quintal para que os filhos recém casados construam suas casas. Comunidade de Queimadas, zona rural de Serro – Minas Gerais.

Os moradores mais velhos contam algumas histórias de sua época, em que todos trabalhavam em conjunto. O trabalho em sistema de mutirão que acontecia durante o plantio das roças era uma forma cooperativa de ajuda na formação de suas roças, construções de casas ou outros serviços do dia a dia.

Os critérios e sinais de identificação implicam a persistência dos grupos étnicos, como também em uma “estrutura de interação” (BARTH, 2000: 35), a qual permite reproduzir as diferenças culturais ao “isolar” certos segmentos da cultura de possíveis confrontações e, ao mesmo tempo, sua interação em outros setores. (O’Dwyer, 2007, pag.45)

A cooperação marca a história da comunidade de Queimadas, os moradores relatam que hoje não fazem mais mutirões porque as máquinas substituíram o trabalho braçal: *“não fazem mais como faziam antigamente, antes a gente juntava e aamos ajudando os outros no trabalho da roça, das casas e tudo que precisava; né!?”*¹⁹



Foto: Senhoras “Krenas” como eram conhecidas, moradoras da comunidade quilombola de Queimadas, zona rural de Serro – Minas Gerais.

A comunidade cultiva vários produtos como milho, feijão, mandioca, cana, inhame, dentre outras culturas. A comunidade de Queimadas vive basicamente da agricultura familiar de subsistência. E o excedente da

¹⁹ Recordo das palavras das senhoras “Krenas” em uma de nossas conversas numa das visitas do projeto.

produção é vendido nas sedes dos municípios de Serro e de Santo Antônio do Itambé, ou muitas vezes é cedido aos vizinhos.



Foto: Feijão “Miúdo” plantado na comunidade de Queimadas, vendido em Serro, pelo Sr. Belmiro (Zé do Abacaxi).

Nesta relação com a terra foram estabelecendo vínculos de cumplicidade entre os moradores, e durante os trabalhos na roça “permutavam” dias de serviços para, em mutirão, ajudarem uns aos outros em suas plantações.



Fotos: Casa das senhora “Krenas” instalações utilizadas para produção de rapadura, melado e outros derivados da cana, como também para a fabricação de farinha de mandioca.

Ainda é possível perceber na lembrança dos moradores de Queimadas as histórias sobre os tachos de rapaduras, melados e outros derivados da cana. A cana foi um produto bem explorado nesta comunidade, infelizmente hoje o gado tomou conta e não se produz mais como antigamente.

Os moradores ainda têm lembranças das tropas montadas que levavam produtos às cidades vizinhas como Sabinópolis e Diamantina.²⁰

Tropas que eram feitas apenas pelos homens da comunidade, às mulheres cabia os preparos dos produtos, enquanto os homens cuidavam de preparar a turma e os animais para as viagens e vender nas cidades.

É a valorização da cultura ancestral africana que os negros guardam, sem isolar-se da sociedade inclusiva nem da vida moderna, cujos instrumentos são capazes de manipular na defesa de seus interesses. Os quilombos contemporâneos mantêm a cultura baseada em experiências de antepassados, com modificações substanciais em função das exigências de tempo e espaço de sua manutenção. Ao lado da policromia racial, há policromia cultural na formação comunitária, lugar onde a matriz africana originária fundiu-se com as matrizes portuguesas e indígenas. (MOURA, 2012; pag.107)

A comunidade quilombola de “Queimadas” está localizada na região entre a divisa dos municípios de Serro e Santo Antônio do Itambé, sendo que parte da comunidade encontra-se no município de Serro e parte em Santo Antônio do Itambé, está situada na região onde as águas vertem para o Rio Doce.

A comunidade encontra-se subdividida entre pequenos locais (lugarejos), como Criminoso, Bota-fogo, Quilombo, Baú, Córrego das Posses, dentre outros.

²⁰ Segundo relato de Dona Maria ela tem lembrança de criança quando arrumavam os burros com os produtos para venderem nas cidades das regiões. Segundo ela, eles levavam vários produtos que eram produzidos na comunidade como rapadura, cachaça, queijo, farinha e outros.

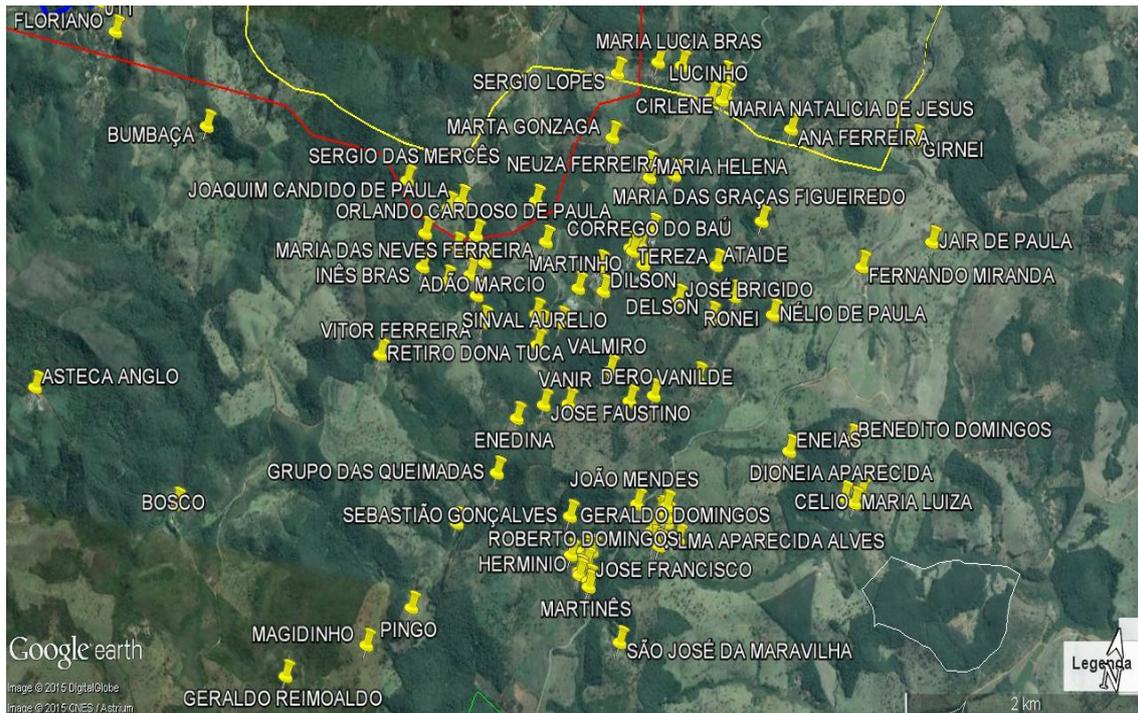


Foto: Comunidade quilombola de Queimadas, zona rural de Serro marcada com pontos de GPS cedidas pela Emater-MG.

A comunidade está localizada a uma distância de 15 (quinze) Km em relação à sede do município de Serro, conforme mapa mostrado abaixo:

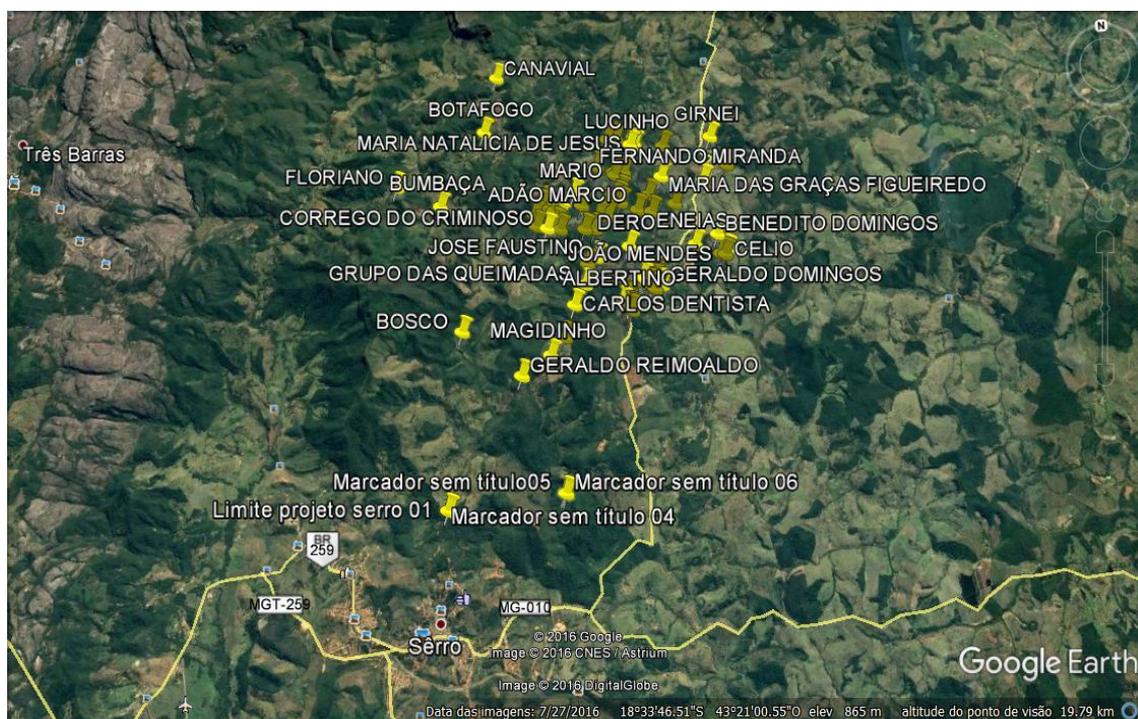


Foto: Imagem de satélite mostrando a sede do município de Serro e unidades familiares de moradores de Queimadas.

Em relação ao Parque Estadual do Pico do Itambé, área de proteção ambiental a comunidade de Queimadas está bem próxima, em que parte de seu território divide com o parque e é considerado como área de amortização dele.

Na comunidade quilombolas de Queimadas há energia elétrica em toda a comunidade, a escola se localiza em um de seus lugarejos, situado dentro do município de Santo Antônio do Itambé, oferecendo escolaridade apenas até o 5º (quinto) ano do ensino fundamental, obrigando os que querem prosseguir com os estudos a se deslocarem até a sede do município de Serro para concluírem o ensino fundamental e se ingressarem no médio.

A comunidade é composta por cerca de 200 famílias distribuídas pelos diversos lugarejos que compõem a comunidade quilombola como um todo. Ela é subdividida em pequenos locais como Córrego do Baú, São José das Maravilhas, Queimadas, Córrego do Criminoso, Cavalcante, Cabeceira do Ouro Fino; dentre outros.

Quanto à religiosidade, na comunidade há católicos (sendo estes a grande maioria) e evangélicos.

A comunidade quilombola de Queimadas não conta com posto de saúde, sendo este serviço prestado em uma residência cedida para que os médicos do Programa Saúde da Família (PSF) possam atender.

A comunidade desde o ano de 1989 conta com uma associação comunitária de moradores, onde cerca de 134 (cento e trinta e quatro) famílias participavam da associação em sua primeira constituição.

Organização social sem fins lucrativos que buscava estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento da comunidade em dialogo direto com entidades governamentais, seja ele a nível municipal, estadual ou federal. Embora seja da década de 1989 a associação comunitária não conta com uma sede própria. E um dos principais objetivos hoje é poder construir uma sede espaço para se reunirem, segundo o presidente da associação.

Ocorre que em meados de 1990 a associação comunitária veio perdendo força, ou seja, o número de associados foi reduzindo com o passar dos anos e, entre o período de 1996 a 2007, a mesma encontrou-se desativada;

Em 2008 a Prefeitura Municipal de Serro, através da Secretaria de Promoção Social em parceria com a Emater-MG, iniciou um programa de fortalecimento das bases comunitárias, criando as associações nas comunidades onde não existissem e reativando as que estavam paradas. Atendida por esse programa a Associação Comunitária de Queimadas retorna suas atividades, com o objetivo principal de dialogar com o poder público sobre desenvolvimento local.

Atualmente, a associação comunitária quilombola de Queimadas conta apenas com 15 associados; dentre os quais apenas 8, aproximadamente, vêm cumprindo com suas contribuições ou participando efetivamente das reuniões e demais atividades.

A história ainda encontra-se presente na forma cultural e nos afazeres do dia a dia da comunidade. Presente na culinária, na roça, no bate papo do cotidiano nos fundos das cozinhas.

Nos apetrechos utilizados para fazer secar a mandioca ralada, moer a cana; forno e etc. Assim, como na história muitas vezes o quilombo não fossem achados “pilões”, esses representavam bem a cultura dos negros fugidos, isso usando da simbologia.



Fotos: Feitas durante as visitas de campo do projeto da PUC Minas / Campus Serro, na comunidade de Queimadas.

A metáfora do quilombo pode apontar para a liminaridade, isto é, a passagem entre “status” e estado cultural que acompanha qualquer mudança de estado ou posição social. Passagens liminares e pessoas em passagens – pessoas ou grupos “liminares”, como no caso dos chamados remanescentes de quilombo – não estão aqui nem lá, são um grau intermediário. Tais fases e pessoas (ou grupos) podem ser muito criativos em sua libertação dos controles estruturais, ou podem ser considerados perigosos do ponto de vista da manutenção da “lei e da ordem” segundo ainda Victor Turner (1974). (O’Dwyer, 2007, pag. 59)

As práticas ainda presentes na culinária, nos costumes e também na forma de vida com que os moradores de Queimadas se interagem, mostra como eles vêm ressignificando as práticas sociais da comunidade. Práticas, que de certa forma, são a materialização da cultura ancestral passada.

Outro fator importante e ainda presente na comunidade é a solidariedade existente entre os moradores, que se organizam e sedem suas residências para atendimento médico, bem como outros serviços de importância para a comunidade.





Fotos: Moradores da comunidade quilombola de Queimadas, obtidos durante os trabalhos de campo do projeto da PUC Minas / Serro.

Solidariedade que marca a comunidade e que vem desde o tempo dos mutirões, onde os moradores matinham o costume de estabelecerem ajuda nos afazeres, mas antes de tudo um fortalecimento dos vínculos comunitários.

2.4 - DE CAMPONÊS “DA ROÇA” À QUILOMBOLA.

A população serrana encontra-se distribuída na sede do município e outra parte dividida nas 60 (sessenta) comunidades rurais que existem em Serro, dentre as quais 5 (cinco) destas são comunidades reconhecidas como remanescentes dos antigos quilombos.

De forma geral, a pessoa residente na zona rural do município de Serro quando questionada sobre sua identidade, a grande maioria se autodenomina como sendo “da roça”. Em referência a sua identidade rural de lavrador ou trabalhador rural. Ser “da roça” significa ter uma vida voltada ao trabalho no

campo, pessoa que vive da agricultura familiar de subsistência / Camponês (no sentido genérico do termo).

O trabalhador rural no Brasil recebe diversas classificações conforme os órgãos ou empresas que prestam atendimento ou assistência técnica; ora poderá ser classificado como “dá roça” / agricultor familiar / lavrador / camponês; classificação ou autodenominação irá depender da situação que os moradores da zona rural vai necessitar.

Em 2005 tive a oportunidade de trabalhar na Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), neste período tive os primeiros contatos com os moradores das comunidades quilombolas de Serro, quando ainda eram considerados como trabalhadores rurais / lavradores ou seja camponeses no sentido genérico do termo.

A Emater-MG (Serro) foi a primeira empresa que começou a considerar os moradores das comunidades remanescentes de quilombo como tais, haviam atentado para sua história e viam desenvolvendo programas próprios para essas comunidades.

Durante uns 3 (três) anos apenas a Emater-MG desenvolvia programas específicos voltados ao atendimento às comunidades quilombolas do Serro; pois até este momento ainda não se reconheciam como tais, mas devido à sua história foram classificadas pela empresa como comunidades remanescentes dos antigos quilombos. Traços culturais como o vissungo, os enterros como eram praticados todos esses fatos contam a história do passado destas comunidades e as ligam à escravidão.

Quando a empresa passou a atender as 5 (cinco) comunidades remanescentes de quilombo em Serro, atentou para o fato que elas não eram reconhecidas oficialmente pelo Estado Brasileiro. Reconhecimento que é obtido através de uma portaria da Fundação Cultural Palmares – FCP, surge então a necessidade de tentar o reconhecimento oficial por parte do Estado Brasileiro.

Pois até esse momento ainda não sabiam da importância de buscarem o reconhecimento oficial pelo Estado Brasileiro como sendo remanescentes de antigos quilombos para pleitearem políticas especiais de desenvolvimento²¹.

²¹ Exemplo é o Programa do Governo Federal / Brasil Quilombola em que as comunidades precisam estar necessariamente inscrita no cadastro da Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola.

A necessidade de um instrumento de identificação considerado eficaz é próprio do funcionamento da Administração Pública, principalmente no contexto político de questionamento dos direitos diferenciados de cidadania, veiculados massivamente na mídia, no qual se corre igualmente o risco, como no caso das colônias britânicas, nas quais os nativos eram vistos como analfabetos, litigiosos, astutos e mentirosos aos olhos de um europeu e à administração colonial, o que parece ter justificado a introdução no final do século XIX das impressões digitais como modo de assinalar cada qual por um traço – naquele caso biológico –, mas poderíamos acrescentar um traço historiográfico, arqueológico e/ ou cultural específico. (O'Dwyer, 2007, pag.56)

No ano de 2007 a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais inicia um projeto de extensão no campus Serro – no curso de Direito, voltado ao atendimento aos moradores da zona rural do município, intitulado “Cidadão no papel”, onde eram realizados atendimentos jurídicos às populações carentes da zona rural do município. Neste momento, atendíamos os camponeses/”da roça” numa classificação geral referindo aos lavradores / trabalhadores rurais de forma genérica.



Foto: Primeiros atendimentos do Projeto “Cidadão no Papel” no produção dos dados para conhecermos as comunidades envolvidas.



Foto: Primeiros atendimentos do Projeto “Cidadão no Papel” no produção dos dados para conhecermos as comunidades envolvidas.

Contudo, percebeu-se que, devido suas histórias e tradições, existiam em Serro 5 (cinco) comunidades remanescentes de antigos quilombos; mas que apenas a Emater-MG as reconhecia como tais. O que dificultava muito o acesso a outros programas específicos voltados ao atendimento destas em programas oficiais, justo pelo fato de não possuírem o reconhecimento oficial do Estado Brasileiro.

As comunidades quilombolas de Ausente, Baú, Fazenda Santa Cruz, Vila Nova e Queimadas até este momento são consideradas para diversos órgãos como trabalhadores rurais ou agricultores familiares e, pertencentes a uma classificação geral de agricultores (“da roça”).

Inicia-se na PUC Minas / Campus Serro um segundo projeto de extensão, agora voltado ao atendimento específico das comunidades remanescentes de quilombo. Projeto denominado "A luta por reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo", cujo primeiro objetivo era esclarecer aos moradores das 5 (cinco) comunidades quilombolas de Serro sobre seus direitos enquanto remanescentes dos antigos

quilombos. E, em sequência, buscar o reconhecimento formal pelo Estado Brasileiro, caso declarassem o auto reconhecimento como quilombolas.

Neste período começam as primeiras visitas às comunidades remanescentes de quilombo, onde falávamos sobre o que é ser quilombola e seus direitos. E, começamos a investigar sobre a história destas comunidades e produzir os documentos necessários para obter a certidão oficial emitida pela Fundação Cultural Palmares.



Foto: Primeira do projeto “Cidadão no Papel” que aconteceu na comunidade de Barra da Cega com participantes das comunidades de Barra da Cega, Ausente e Baú.



Foto: Primeira do projeto “Cidadão no Papel” que aconteceu na comunidade de Barra da Cega com participantes das comunidades de Barra da Cega, Ausente e Baú.



Foto: Primeira do projeto “Cidadão no Papel” que aconteceu na comunidade de Barra da Cega com participantes das comunidades de Barra da Cega, Ausente e Baú.



Foto: I Seminário das Comunidades Tradicionais de Serro. Realizado pela PUC Minas / Campus Serro. Ocorrido em 2008.

Na primeira fase do projeto "A luta por reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo", tentamos conscientizar os quilombolas de seus direitos e explicamos o que vinha a ser quilombola.

Percorremos todas as comunidades quilombolas de Serro (Baú, Queimadas, Ausente, Fazenda Santa Cruz e Vila Nova), além de algumas outras dos municípios vizinhos, como foi o caso de Sabinópolis; onde explicávamos sobre seus direitos e a importância de buscar o reconhecimento oficial como comunidade quilombola pelo Estado.

Entrevista senhor Belmiro (Zé do abacaxi): pergunta: quando vocês começaram a se identificar como quilombola? Resposta do senhor Belmiro: *“é quando começou a reunião que foi explicado como que é; aquela vez que ocê foi lavando a Natalícia, aqueles mais de idade e conversou lá pra poder, pra poder; que a gente mesmo não estava nem sabia que tinha o direito; e a gente tem o direito!(...)”*

Nesse sentido, “Tal perspectiva tem o efeito prático de produzir um tipo de conhecimento que, ao determinar a indivíduos e grupos seu lugar no

universo social, pretende revelar suas identidades, até por eles próprios “desconhecidas”.” (O’Dwyer, 2007. pag. 45)

Esse processo foi importante para o processo de empoderamento das comunidades, uma vez que o mero esclarecimento dos direitos já tem uma grande relevância na busca em implantá-los. Após esse processo de organização os moradores das comunidades tomaram maior conhecimento e deram importância de suas lutas.

A necessidade de preservar terras e alimentar e dar teto aos quilombos remanescentes levou-os a aceitar e a incorporar mudanças no modo de vida. Na interpretação da vida balinesa, o modo de pensar o passado está em busca do presente. De quaisquer classes sociais, balineses rendem-se à ideia de estabelecer, no presente, uma visão do passado; e recria-lo. A visão de mundo dos moradores reflete-se na maneira como utilizam símbolos das origens, arrematam sua identidade, relembram o passado, recriam tradições, adaptam-nas à realidade, mostrando que haverá por vir, o amanhã esperado. Passado subsidia presente e constrói futuro. (Moura, 2012; pag. 113)

Ao agregar em sua identidade de camponês e o seu passado negro ligado à escravidão, a comunidade está se projetando para um futuro (re)significado, onde o território é o lugar que garante a reprodução social do grupo e afirma sua identidade através de seu passado.

Um segundo momento do projeto foi levantarmos as histórias ainda presentes e vivas na memória das comunidades para que pudéssemos elaborar as atas de auto identificação e encaminhá-las à Fundação Cultural Palmares – FCP.

Na sequência, os moradores das 5 (cinco) comunidades começaram a receber visitas de funcionários da FCP, afim de verificar a veracidade das histórias contadas e se eles se auto identificavam como remanescentes de quilombos para então proceder o reconhecimento oficial.

Em meados de 2007 as 5 (cinco) comunidades quilombolas de Serro recebem da Fundação Cultural Palmares a certificação oficial como

comunidades remanescentes de antigos quilombos com base nos documentos encaminhados.

Os moradores destas comunidades passam a se auto identificar como quilombolas, e agregam a sua identidade de camponês (“da roça”) à identidade quilombola assumindo sua história. Neste momento, saem da invisibilidade à visibilidade, tornam-se sujeitos de direitos étnicos e protegidos pelo Estado.

Após o reconhecimento oficial pelo Estado Brasileiro as comunidades quilombolas de Serro passaram a se organizar para formarem, com o apoio da PUC Minas, o primeiro conselho municipal das comunidades quilombolas, que em 2008 é aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito municipal mediante a lei municipal nº 2.110 de 11 de junho de 2008.

Em 2008 no município de Serro cria-se o primeiro conselho quilombola do Brasil, formado paritariamente entre os representantes das 5 (cinco) comunidades de Serro e representantes governamentais; mas sempre reservada a presidência do conselho a um quilombola. Neste conselho cada comunidade é representada por um membro votado e indicado pela associação comunitária.

A participação intensa de antropólogos na luta pelo reconhecimento de direitos étnicos e territoriais a segmentos importantes e expressivos da sociedade brasileira, como as comunidades negras rurais e/ou terras de preto, rompe com o papel tradicional desempenhado pelos grandes nomes do campo intelectual, que garantem, com sua autoridade, o apoio às reivindicações da sociedade civil, subscritando, como peticionários, manifestos e documentos políticos. (O'Dwyer, 2007, pag.49)

Começa neste período o processo de empoderamento das comunidades quilombolas de Serro; as associações comunitárias são fortalecidas e começam a receber apoio organizacional.

O Conselho Quilombola de Serro passa a estabelecer bases e as diretrizes do desenvolvimento para essas comunidades, o espaço público começa a ser utilizado para que os moradores das comunidades, através de seus representantes, reivindique do governo medidas de melhorias para a comunidade.

Nas condições de trabalho de campo para elaboração dos relatórios antropológicos de identificação territorial das comunidades remanescentes de quilombo, os pesquisadores têm se deparado com situações sociais nas quais a identidade quilombola associada à auto-identificação étnica e racial de negro é utilizada como uma afirmação positiva no reconhecimento de si mesmo como ser social. Assim, além do reconhecimento jurídico há o reconhecimento como “ente moral” e, neste caso, ainda segundo o autor acima citado, a manifestação mais geral desse reconhecimento seria expresso como respeito. Neste sentido, trata-se de uma luta dessas populações não apenas por ganhos materiais, mas também pela cidadania, traduzida como busca de respeitabilidade a si mesmos, de seus valores e formas de ver o mundo. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006). (O’Dwyer, 2007. Pág. 53)

Depois de concluída a primeira fase do projeto de extensão "A luta por reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo", em que um dos objetivos principais era o reconhecimento e empoderamento dos quilombolas, passamos a execução da segunda fase do projeto. Nesta próxima etapa, o trabalho teve uma complexidade maior e envolvia uma equipe multidisciplinar.

Um segundo momento corresponde aos processos de titulação coletiva das terras. Foram montadas equipes interdisciplinares compostas por professores e alunos para que pudéssemos explicar às comunidades em que compreende o processo de titulação coletiva das terras e como acontece o procedimento. Também procuramos saber, em sequência, qual era a intenção da comunidade com relação ao seu território.

Os relatórios de identificação representam um tipo de intervenção num campo específico de articulação e envolvimento do mundo intelectual com os movimentos sociais e a mobilização de grupos étnicos, os quais reivindicam o direito à diferença cultural, à reprodução de suas práticas econômicas e sociais, bem como o respeito pelos seus saberes tradicionais. ((O’Dwyer, 2007, pag.49)

Ocorre que nem todas as 5 (cinco) comunidades quilombolas a princípio aderiram ao interesse de obter a titulação coletiva das terras. A comunidade de

Queimadas foi a única que não demonstrou interesse na titulação coletiva de suas terras, comunidade que, naquele momento, estava vivendo o auge da especulação imobiliária devido a boatos de que a empresa de mineração pagaria um bom dinheiro pelas suas terras.

Dona Maria (secretaria da associação comunitária de Queimadas)

Pergunta: O pessoal ficou meio assustado com o papo da mineração?

Resposta: *“ficou! Da mineração e da demarcação; que nem eles falou assim “demarcação vocês não podem vender e se a pessoa tiver um filho fora; ai outra coisa que eles ficou preocupado é de; vamos supor, é de uma pessoa que está lá longe e vim e fazer uma casa no terreno deles; sabe?!, então eles entendiam por esse lado!”*

É possível perceber, através desta fala, que a identidade está associada ao acesso à terra. E conforme os interesses se manifestam dentro da comunidade a identidade pode variar, ou melhor, agregar outra de acordo com necessidade política de proteção a terra.

Passado um período cerca de uns 5 (cinco) anos dos primeiros boatos da chegada do empreendimento minerário, os moradores foram capazes de refletir sobre a vida no território da comunidade. E, pelos relatos atuais dos moradores entrevistados a importância de manter a propriedade da terra está ligada à própria existência.

Após pedido formal para que fosse concedida a autorização/licença ambiental para instalação do empreendimento, os moradores de Queimadas estão voltando a articular a possibilidade de titulação do território como forma de proteção e permanência.

Após a negativa do município em fornecer a declaração de conformidade e a empresa Anglo American S/A ter judicializado a questão do direito de explorar a mina, os moradores estão articulando para a defesa de seu território, através da reivindicação da identidade étnicas como forma de proteção do território, fatos que têm alterado consideravelmente as relações históricas ali construídas, gerados pelas incertezas trazidas pelo “Projeto Serro”.

Como forma de defesa do espaço que ocupam, a identidade quilombola passa a servir como um coringa na defesa da terra e no direito de permanecer no território. No dizer de Dona Maria fica claro quando ela diz: “diz que se a

gente for quilombola dificulta pra “eles” entrar” (“eles” refere a empresa de mineração).

Neste contexto a identidade quilombola é assumida politicamente, conforme os interesses predominantes da comunidade sendo agregada a identidade rural à quilombola como forma de defesa dos interesses predominantes naquela ocasião, o que vai manifestar conforme os interesses e conflitos.

A Fundação Cultural Palmares foi notificada para que manifeste sobre a “possível” existência de uma comunidade quilombola na área que pretendem instar o empreendimento; Embora, a comunidade exista, esteja no espaço e seja de conhecimento de todos, o empreendedor prefere mantê-los na invisibilidade, falando sobre a possibilidade da existência, quando na verdade eles estão ali presentes e compartilhando o território diariamente.

Nem por isso, os relatórios de identificação ou laudos antropológicos produzidos, respectivamente, na esfera do poder executivo e judicial, devem ser considerados como uma espécie de atestado que garante a atribuição de direitos definidos pelo arcabouço jurídico. Nos relatórios e laudos produzidos neste contexto de afirmação dos direitos constitucionais, através do cumprimento do artigo 68º do ADCT, da CF/ 88, não há qualquer “promessa da normatização e da felicidade através da ciência e da lei” com a finalidade de “reforçar e estender o poder de especialistas”. Este tipo de participação dos antropólogos, exige, ao contrário, uma “dimensão interpretativa no estudo de fenômenos sociais”, em que o investigador deve fornecer uma explicação sobre o sentimento de participação social dos grupos e do sentido que atribuem às suas reivindicações, assim como as representações e usos que fazem do seu território (RABINOW e DREYFUS, 1995: 215).

Ao longo de todos os esses anos de experiência com as comunidades quilombolas de Serro, a comunidade de Queimadas foi a única após as primeiras reuniões que “flutuou” entre as identidades de agricultor familiar / lavrador / “da roça” à quilombola; assumindo a identidade conforme os interesses predominantes.

Atualmente, a comunidade de Queimadas sinaliza para o fortalecimento da identidade como forma de defesa do seu território. Estão lutando para saírem da “invisibilidade” para a “visibilidade” e poderem lutar por sua existência e, antes de tudo por sua permanência pacífica dentro do território.

A promessa de uma vida boa com a chegada do empreendimento parece não mais fazer o mesmo sentido, isso é possível afirmar pelos depoimentos dos moradores.

2.4.1 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES

Na exposição do problema ora apresentado nesta pesquisa observa-se o reflexo sobre a forma do ser quilombola da comunidade de Queimadas, pois o caso em questão envolve o interesse de diversos atores sociais que disputam a mesma área territorial com interesse diverso, gerando um reflexo na própria identidade do “ser” quilombola para esta comunidade.

E isso porque, no mundo moderno, a observação desses grupos oferece uma oportunidade privilegiada para o estudo daquelas formas de interação onde a articulação entre a identidade, a etnicidade e a nacionalidade se impõe como um foco de inegável valor estratégico para uma investigação que se pretenda capaz de elucidar os mecanismos de identificação pelos outros, tanto quanto os de auto-identificação, não obstante esta ser reflexo daquela. (OLIVEIRA, 2000; pag. 08/09)

O interesse sobre o território da comunidade de Queimadas está dividido dentro e entre os moradores e a empresa que pretende se instalar neste local, bem como moradores do município de Serro que acreditam que, com a instalação deste empreendimento minerário, serão gerados mais empregos e oportunidades no município.

Quando, em sua movimentação no interior de sistemas sociais, os caminhos de que se valem levam-nas a viverem situações de extrema ambivalência. São seus descaminhos, ainda que não necessariamente equivocados, pois em regra tendem a ser os únicos possíveis — conjunturalmente possíveis —, na medida em que o

processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente do que pelas “fontes” originárias dessas mesmas identidades, sejam elas consideradas como “coletividades” (Talcott Parsons), ou “identidade de grupo básico” (Harold Isaacs) ou, ainda, “identidades totais” (Ali Mazrui) (OLIVEIRA, 2000; pag. 02)

A dinâmica externa com o qual o grupo está lidando é fundamental para estabelecer os aspectos identitários acionados quando em confronto com as diversas formas de vidas existentes no interior social da comunidade com qual serve de parâmetro. Nesse sentido, o parâmetro para as discussões do empreendimento “Projeto Serro”, é o da sociedade serrana que pensa no desenvolvimento apenas pelo lado dos empregos gerados, menosprezando outras formas de vida baseada na ligação à terra.

Motivo que reforça a necessidade da comunidade quilombola de Queimadas acionar a identidade étnica protegida pela Constituição como forma de proteção de seus interesses.

Em lugar de emitir uma opinião pré-concebida sobre quais os fatores sociais e culturais que definem a existência de limites, é preciso levar em conta somente as diferenças consideradas significativas para os atores sociais, como nos adverte Barth (1969). Assim, “apenas os fatores socialmente relevantes podem ser considerados diagnósticos para assinalar os membros de um grupo”, sendo que a característica crítica é a “auto-atribuição de uma identidade básica e mais geral” que, no caso das comunidades negras rurais, costuma ser determinada por sua origem comum e formação no sistema escravocrata (BARTH, 1969). (O’Dwyer, 2007. pag. 03)

Descendência comum é um dos fatores socioculturais que diferenciam os moradores de Queimadas dos demais moradores da região de Serro. Outro motivo é a presença da ancestralidade negra presente em todas as bases das entidades familiares de Queimadas. O que é estranho em todo este processo é o fato de terem que se auto dominar para acessarem alguns direitos inscritos na Constituição.

Não obstante, por mais simplificada que possa ser nossa concepção de etnicidade, ela não deve deixar de considerar pelo menos dois aspectos teóricos, como aponta o antropólogo norueguês Thomas H. Eriksen (1991, p. 131): “[...] etnicidade é uma propriedade de uma formação social e um aspecto de interação; ambos os níveis sistêmicos podem ser simultaneamente compreendidos. Secundariamente, diferenças étnicas envolvem diferenças culturais que possuem impacto comparativamente [cross-culturally] variável [...] sobre a natureza das relações sociais”. (OLIVEIRA, 2000; pag. 08)

A inscrição de tais direitos no âmbito legal fez com que as comunidades negras rurais agora se tornassem sujeitos de direitos garantidos por lei. Precisam apenas se adaptar aos planos normativos para que possam começar a acessar tais direitos e políticas diferenciadas.

Por meio do ato de nomearem-se como comunidades remanescentes de quilombos ocorre com os membros desses grupos um processo de reconhecimento que pode permitir o acesso a direitos republicanos que lhes foram historicamente negados: o direito a dispor livremente da terra com todas as garantias oferecidas pela lei, os direitos sociais de educação, saúde e trabalho, o direito à manutenção de sua cultura, seus modos de fazer, de pensar e de viver próprios – o direito à diversidade sociocultural.

Ser quilombola significa adotar publicamente uma identidade política, com vistas ao reconhecimento por parte do Estado e da sociedade civil de membros de comunidades referidas à fatores étnicos que lutam para terem garantidos direitos que deveriam ser consagrados a todos os cidadãos no âmbito das instituições democráticas. (NETO, 2015; pag. 168/169)

Embora estejam garantidos no âmbito legal os direitos territoriais e outros direitos étnicos garantidos pela Constituição não estão igualmente assegurados na prática, restando a essas comunidades a batalha na luta pela efetivação.

As comunidades que estão lidando com grandes empreendimentos neste momento encontram-se fragilizadas devido à importância dada aos grandes projetos de desenvolvimento econômico.

Não obstante todas as dificuldades encontradas, o avanço dos direitos quilombolas tem o potencial de operar como mecanismo jurídico comprometido com a garantia da reprodução social e cultural dos grupos em questão, contribuindo para o questionamento e enfrentamento de antigas e arraigadas estruturas de dominação e exploração existentes na sociedade brasileira. Neste sentido, o apelo a tradições culturais e a fatores étnicos pode operar como elemento modernizador, na medida em que possibilite a garantia de direitos àqueles que são subalternizados no interior da ordem socioeconômica vigente. Além disto, a regularização dos territórios quilombolas tem o potencial de preservar modos de vida que estão sendo constantemente ameaçados por ações oficiais de setores do poder executivo, por representantes do agronegócio e do latifúndio instaurados no poder legislativo, pelo conservadorismo que predomina no poder judiciário e pelas variadas manifestações da ação de agentes privados, representantes do poder econômico do capital. (NETO, 2015; pag. 171)

Por conseguinte, as diferenças podem mudar, ainda que permaneça a dicotomia entre “eles” e “nós”, marcada pelos seus critérios de pertença. (O’Dwyer, 2007. pag. 03)

A identidade étnica tem sido diferenciada de “outras formas de identidade coletiva pelo fato de ela ser orientada para o passado”. Esta referência a uma origem comum presumida parece recuperar, de certo modo, a própria noção de quilombo definida pela historiografia. Vale assinalar, contudo, que o passado a que se referem os membros desses grupos “não é o da ciência histórica, mas aquele em que se representa a memória coletiva” - portanto, uma história que pode ser igualmente lendária e mítica (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998: 12). (O’Dwyer, 2007. pag. 03)

Um dos indicadores deste impacto parece já ocorrer sobre a associação comunitária dos moradores de Queimadas, organização social sem fins lucrativos. Desde os primeiros boatos de chegada do empreendimento na região, os especuladores de terras já começaram a demonstrar interesse pelas terras na região e também articular contra a causa quilombola.

Se os interesses são concebidos como orientações básicas dirigidas a fins, definidos conforme a condição econômica e social dos indivíduos e suas necessidades de, no mínimo, reprodução, mas também de conservação ou ampliação de poder; então, tais interesses tornam-se motivação coletiva na medida em que os diversos sujeitos da comunidade percebem-se igualmente confrontados com o mesmo tipo de tarefas, vinculadas às mesmas necessidades. (Arruti, 2006, pag. 246)

A titulação coletiva das terras de quilombo em Serro, pode solucionar um problema que acontece há séculos. Autonomia no trabalho com a terra representa mudança de condições econômicas favoráveis aos moradores.

Pelas incertezas geradas por boatos sobre a mineração, os moradores (associados) começam a não participar das reuniões da associação comunitária. De boatos que vão desde “o governo que manda na terra” até “eles vão entrar querendo ou não” fazem com que os moradores distanciem das decisões coletivas e espaços comunitários.

Outro fator também indicativo deste impacto é assimetria entre as relações estabelecidas dos atores sociais envolvidos, pois os moradores de Queimadas e os moradores do Serro disputam em desigualdade a luta pelos interesses tendo em vista os recursos disponíveis para compreenderem o processo, bem como o acesso à informação e às políticas públicas.

As definições podem servir de instrumento de legitimação das posições assumidas no campo propriamente político, mas como numa via de mão-dupla, a emergência de uma identidade étnica “remanescente de quilombo”, referida a uma origem comum presumida de grupos que orientam suas ações pela aplicação do preceito constitucional (artigo 68 do ADCT), tem igualmente fomentado debates de natureza teórica e metodológica no campo da antropologia praticada não apenas no Brasil. (O’Dwyer, 2007. pag. 03)

Do ponto de vista da interação, o processo de identificação étnica se constrói de modo contrastivo, isto é, pela afirmação do “nós” diante dos outros (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976: 5)

Falar da identidade assumida como forma política para o grupo se relacionar com o externo, como por exemplo instituições do governo, organizações não governamentais, empresas privadas dentre outros.

A identidade étnica de um grupo que se autodefine como remanescente de quilombos pode tanto se constituir por meio desta autodefinição, no que assume um também o caráter de identidade política em meio a conflitos em torno da posse da terra ou como via para acesso a políticas públicas, como ter fundamento em outras formas de pertencimento desenvolvidas à margem ou mesmo antes da criação do artigo constitucional que garante os direitos dos quilombolas. (NETO, 2015; pag. 167)

A garantia normativa trouxe às comunidades uma certa garantia da luta na qual historicamente estão empenhados. Neste prisma, a identidade torna uma escolha política a ver efetivados os direitos étnicos. Outra possibilidade que traz uma certa dificuldade ao governo para implantação de tais direitos.

A possibilidade de imobilização dos recursos fundiários sob o controle das comunidades quilombolas é tida como um obstáculo indesejável pelos proprietários de grandes imóveis rurais, por setores ligados à agricultura de exportação, por empresas multinacionais e internacionais que têm interesse em estabelecer empreendimentos sobre frações dos seus territórios, e mesmo por agentes das forças armadas e do governo cujos projetos ambicionam ter como base tais áreas tidas como estratégicas. A possibilidade de o órgão fundiário federal, o INCRA, desapropriar imóveis para fins de regularização dos territórios quilombolas constitui-se numa ameaça a seus patrimônios e projetos futuros, encontrando, portanto ávida resistência. (NETO, 2015; pag. 168)

As dinâmicas estabelecidas pelos conflitos gerados no dia a dia têm ajudado a contribuir com as ressignificações da comunidade na construção da identidade quilombola. Cada vez que essa vai e volta essa volta fortalecida e reintendida.

Fenômenos como as “flutuações” da identidade étnica, tanto quanto os mecanismos de identificação ganharão, assim, em objetividade, na medida em que identidade e identificação forem sendo despojadas de seus atributos circunstanciais e descobertas (ou redescobertas) em suas propriedades constitutivas. (OLIVEIRA, 1976. pag. 7)

Diferenças culturais são importantes para que possamos estabelecer os limites construídos historicamente mas, antes de tudo, por uma diferenciação marcada pelas formas de vida.

Assim, a partir de Barth (1969), as diferenças culturais adquirem um elemento étnico não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas quando as diferenças culturais são percebidas como importantes e socialmente relevantes para os próprios atores sociais. No caso das chamadas comunidades negras rurais no Brasil, tais diferenças culturais costumam ser comunicadas ainda por meio de estereótipos, que por sua vez podem ser relacionados com racismo e discriminação. (O’Dwyer, 2007. pag. 47)

Assegurar o desenvolvimento no caso em questão significa resguardar os direitos básicos da comunidade de Queimadas, a começar pela garantia estabelecida pela Convenção nº169 da OIT que garante a manifestação prévia da comunidade.

A ABA, presente na audiência pública antes da promulgação do Decreto, defendeu que a auto-definição utilizada pelos próprios atores sociais não prescinde da realização de estudos técnicos especializados que venham a descrever e interpretar a formação de identidades étnicas no bojo do processo de reconhecimento das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos, na medida em que esses estudos tragam subsídios para uma decisão governamental e forneçam elementos para que o próprio grupo possa se defender de possíveis formas de intervenção estatal que possibilite apenas a reprodução das categorias sociais, sem garantir as condições para a perpetuação de padrões culturais, modos de vida e territorialidades específicas. (O’Dwyer, 2007. pag. 50/51)

Os critérios de auto atribuição podem variar conforme os interesses da comunidade. No caso de Queimadas no momento de levantamento dos dados

iniciais pleiteou a identidade quilombola, mas em momento posterior teve sua identidade negada em virtude da não compreensão do que seja a titulação coletiva das terras.

Estamos, portanto, diante da incorporação de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferença, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas populações negras pelo direito de continuar ocupando e transmitindo às gerações vindouras o território conformado por diversas gerações de seus antepassados. Assim, na esteira de Barth, podemos pensar as identidades não como sendo fixas, mas, tomando as palavras de Boaventura Souza Santos, como “identificações em curso”, integrantes do processo histórico da modernidade, no qual concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades¹². Um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência hoje, praticamente como a reivindicação de uma continuidade desse mesmo processo. A identidade de negro é colocada como uma relação de diferença calcada na subalternidade e na diferença de classes. Boaventura S. Santos¹³, ao relacionar identidade e questões de poder, nos lembra que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se necessariamente em posição de carência e subordinação.

Resgatando uma dívida histórica do Brasil com as comunidades negras que este veio estabelecer tais direitos de forma a permitir que essas comunidades venham a se perpetuar no futuro distante.

E é a partir dessa posição historicamente desfavorável no que diz respeito às relações de poder, que comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história. Em tal situação de desigualdade, os grupos minoritários passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, conseqüentemente, a auto-estima. Siglia Dória¹⁴ salienta que a identidade de grupos rurais negros se constrói sempre numa correlação profunda com o seu

território e é precisamente esta relação que cria e informa o seu direito à terra.(SCHMITT, et al. 2002; pag. 5)

Essas comunidades remanescentes de quilombos da região do Serro, ainda se encontram em processo de aquilombamento, ou seja, é um momento pelo qual as comunidades estão se empoderamento na luta pelo território e pelo próprio reconhecimento.

Momento pelo qual as comunidades estão em busca de um território capaz de reafirmar os laços historicamente construídos, assim podendo classificá-lo como atual aquilombamento das comunidades locais. Entende por aquilombamento o que Marivania Leonor Souza Furtado nos ensina:

O aquilombamento é fruto de uma abordagem relativizadora, ou mesmo ressemantizada dos processos históricos pelos quais têm passado as comunidades quilombolas, ou seja, o aquilombamento é um construto teórico e também histórico derivado do conceito de território, entendido enquanto movimento social, praticado por comunidades quilombolas que têm, na atualidade, protagonizado novos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005).

O aquilombamento está assentado na compreensão de que, embora consubstanciados em modos de vida determinantes de uma definição prévia de “comunidade quilombolas”, a existência concreta de tais comunidades não revela, conseqüentemente, que sua condição em si garantiria a inserção no plano dos direitos formais já pactuados. Necessário se faz que tais comunidades transcendam da condição de sujeitos concretos, alvos de direitos, para sujeitos sociais que se organizam na busca e efetivação de tais direitos. Retomando uma definição marxista, essas comunidades sairiam de uma condição “em si”, para a conquista e redefinição de uma história “para si”. Tal movimento, nessa perspectiva, poderia ser entendido como o aquilombamento, que se gesta historicamente mediado pelas relações socioeconômicas, culturais e políticas e determinaria a tentativa de resistência dessas comunidades (e demais minorias) às estruturas dominantes. (FURTADO,2012)

O processo de aquilombamento das comunidades quilombolas de Serro, intensificou-se com a chega da PUC Minas / Campus Serro, embora a Emater-

MG juntamente com a Prefeitura Municipal viessem trabalhando com essas comunidades; podemos dizer que os trabalhos tenham sido genérico e voltados ao trabalhador rural de forma geral. Contudo, após o início dos projetos da PUC Minas as comunidades tiveram uma política voltada exclusivamente para eles, estabelecendo um maior dialogo entre a comunidade e o poder público.

os grupos orientam suas ações pelo reconhecimento territorial das áreas que ocupam, com base em signos étnicos carregados de metáforas, inclusive biológicas, referidos a uma afirmação positiva dos estereótipos de uma identidade étnica e racial, para reivindicar os direitos de uma cidadania diferenciada ao Estado brasileiro. (O'Dwyer, 2007. pag. 51)

Assim, as comunidades quilombolas estão em um processo constante de empoderamento em suas lutas, uma vez que todo mês as comunidades de Serro se reúnem para discutir as diretrizes que vão estabelecer as próximas ações juntamente com o governo.

As comunidades de Serro estão, a cada dia, construindo um espaço de debates e diálogo com o poder público em busca de implantar os direitos étnicos escritos nos diplomas normativos.

PARTE 3 – CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES

A partir da Constituição Federal de 1988 as comunidades remanescentes de quilombo começam a tentativa de implementar os direitos ali inscritos. Em algumas regiões a formalização das comunidades é o grande desafio, sendo preciso, primeiramente, mostrar a necessidade de buscar o reconhecimento formal do Estado para que aí comece a luta de implementação de políticas públicas voltadas para estas comunidades.

Nesse sentido, mas sem restringir uma batalha que começa desde a luta pela abolição, podemos falar sobre as comunidades que começam a se empoderar para a implementação de tais direitos. Esse emponderamento acontece e é percebido quando a identidade étnica passa a ser o primeiro elemento demonstrado pelas comunidades. “a construção de uma identidade originária dos quilombos torna-se uma referência atualizada em diferentes situações etnográficas nas quais os grupos se mobilizam e orientam suas ações pela aplicação do artigo 68 do ADCT”.(O’Dwyer, 2007. pag. 44)

A herança negra de quem passou pela escravidão e buscou refúgio em locais onde fosse possível viver livre. Esse isolamento social ou invisível que permitiu a sobrevivência destas comunidades começa a ser quebrado para agora possam ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

Os direitos territoriais passam a ser um dos principais direitos reivindicados pelas comunidades, pois é através deles que será possível reproduzir socialmente num espaço garantido por lei.

Através destes direitos territoriais a identidade do grupo continua a ser construída e reproduzida, inventada e reinventada conforme as dinâmicas com que a comunidade lida no seu dia a dia.

No caso aqui tratado, percebe-se que a comunidade de Queimadas vem agregando a sua identidade de camponês a sua identidade étnica. Embora seu passado e sua história nos mostrem que estamos tratando de uma comunidade remanescente de quilombo. Sua identidade étnica passou a ser cogitada ou acionada somente depois que o Estado, passou exigir formalmente o auto reconhecimento para acessar esses direitos.

Nesse sentido, a identidade étnica é exercida de forma política e acionada para se identificar perante o outro, quando no âmbito interno do

próprio grupo não tiverem a necessidade de acionar a ancestralidade negra, haja vista esta ser comum em todo o grupo. Principalmente, por nesta localidade o casamento ser o principal elo entre os moradores.

Quando começam as primeiras visitas da equipe da PUC Minas a identidade quilombola surge e é acionada pela primeira vez pela comunidade, neste primeiro momento os moradores relembram o passado e mostram o quanto ainda está implícito em seus costumes essa herança deixada.

As flutuações identitárias que aconteceram neste lapso temporal de aproximadamente de 10 (anos), desde o primeiro contato com a comunidade até os dias atuais, têm sido importantes para a construção e ressignificação do grupo.

Hoje devido ao tempo e as dinâmicas sociais vivenciadas pelo grupo, a identidade étnica é acionada como forma de defesa do território. O Grupo visualizou a importância do espaço que está inserido e que a vida tem importância se vivenciada naquele espaço.

Um procedimento administrativo de liberação de licença ambiental para instalação de empreendimento minerário deverá ser precedido de audiência e anuência da comunidade, quando verificar a existência de algum grupo sob a proteção da Convenção 169 da OIT.

Nesse sentido, é importante ressaltar que até o presente momento a comunidade de Queimadas teve qualquer participação ou foi consultada sobre o empreendimento, pelo contrario, a comunidade sequer foi visualizada pelo empreendedor a sua existência. Motivos que foram suficientes para que a comunidade pensasse na importância do território.

Agora, sendo acionada a Convenção nº 169 da OIT a comunidade deverá ser consultada e é o momento que a comunidade poderá optar pela identidade étnica e defender o seu território.

Toda dinâmica ocorrida até o presente momento foi importante para proporcionar aos moradores de Queimadas uma reflexão acerca de seu território e o quanto é importante defendê-lo.

Estamos, portanto, diante da incorporação de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferença, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas

populações negras pelo direito de continuar ocupando e transmitindo às gerações vindouras o território conformado por diversas gerações de seus antepassados. Assim, na esteira de Barth, podemos pensar as identidades não como sendo fixas, mas, tomando as palavras de Boaventura Souza Santos, como “identificações em curso”, integrantes do processo histórico da modernidade, no qual concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades. Um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência hoje, praticamente como a reivindicação de uma continuidade desse mesmo processo. A identidade de negro é colocada como uma relação de diferença calcada na subalternidade e na diferença de classes. Boaventura S. Santos¹³, ao relacionar identidade e questões de poder, nos lembra que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se necessariamente em posição de carência e subordinação. (Shimtt, et al. 2006. pag. 5)

No Serro, os fenômenos sociais, políticos, ambientais e culturais de apropriação da identidade quilombola referem-se a um momento em há um resgate identitário. A negritude das comunidades tem tornado instrumento de legitimação de suas lutas para reconfigurarem suas relações com o poder público e, conseqüentemente, toda a sociedade serrana.

Nas condições de trabalho de campo para elaboração dos relatórios antropológicos de identificação territorial das comunidades remanescentes de quilombo, os pesquisadores têm se deparado com situações sociais nas quais a identidade quilombola associada à auto-identificação étnica e racial de negro é utilizada como uma afirmação positiva no reconhecimento de si mesmo como ser social. Assim, além do reconhecimento jurídico há o reconhecimento como “ente moral” e, neste caso, ainda segundo o autor acima citado, a manifestação mais geral desse reconhecimento seria expresso como respeito. Neste sentido, trata-se de uma luta dessas populações não apenas por ganhos materiais, mas também pela cidadania, traduzida como busca de respeitabilidade a si mesmos, de seus valores e formas de ver o mundo. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006). (O’Dwyer, 2007. pag. 53)

É neste contato com o outro que surge a necessidade de acionar a identidade quilombola para garantir acesso a determinados direitos e também para garantir o território. A identidade quilombola passa a ser uma defesa em face dos interesses que confrontam os da própria comunidade.

Com o interesse da luta fundiária em Serro as comunidades, de forma geral, começam a instrumentalizar os elementos presentes em sua identidade social para buscar o reconhecimento e o direito de permanecer onde sempre tiveram.

As identidades negras, voltadas a uma ancestralidade da época da escravidão, mais que nunca são lembradas e vivenciadas pelas comunidades de Serro. A invisibilidade que sempre foi a forma de manter as comunidades vivas, agora passam a ser a visibilidade, o carro chefe na luta por direitos e, antes de tudo, por reconhecimento.

Reconhecimento por direitos que foram positivados e garantidos pela Constituição Federal de 1988 e que passam a ser objeto de luta das comunidades para serem concretizados.

Em Serro, o avanço de empreendimentos minerários tem causado nas comunidades quilombolas da região um fortalecimento e união em defesa dos seus territórios. Embora, atualmente a comunidade de Queimadas esteja sendo impactada pelo “Projeto Serro”, sabemos que outros empreendimentos estão por vir, o que nos faz buscar maneiras que corroborem com a luta destas comunidades.

No caso de serem contemplados pela política federal de regularização de territórios quilombolas, adquirindo os títulos de propriedade coletiva definitiva sobre as terras em que residem e trabalham há gerações, as comunidades quilombolas poderão tornar-se capazes de garantir juridicamente a manutenção de suas bases territoriais, podendo desvincular-se de formas de tutela estatal e utilizando-se do arcabouço jurídico a seu favor. As terras tornar-se-ão então propriedade privada, mas com o diferencial de que não podem ser transacionadas no mercado imobiliário nem tampouco fracionadas. Isso constará como uma cláusula presente nos títulos coletivos de propriedade a serem emitidos em nome das associações locais representativas, conforme o Decreto-Lei número 4.887, de 20 de novembro de 2003, o qual regulamenta o Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988. (NETO, 2015; pag. 168)

Nesse sentido, a titulação coletiva que tinha sido descartada pela comunidade de Queimadas agora passa a ser uma nova possibilidade, mas é preciso aguardar e ver o que Queimadas irá decidir no momento em que for consultada acerca do “Projeto Serro”.

O procedimento judicial encontra-se em andamento, mas até a presente data não foi proferido despacho pela autoridade judicial sobre o pedido da Federação Quilombola de Minas Gerais (N’Golo), acerca da habilitação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como “amicus curiae” e intervir a favor das comunidades no procedimento judicial.

Assim, pode-se afirmar que a comunidade de Queimadas ainda não está devidamente representada na Justiça pelo fato de ainda não ter sido acolhido o pedido da federação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Et al). Caderno de debates da Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos / Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. – 2.^a ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. [et. Al.] Capitalismo Globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo / Rio de Janeiro: 2010, Lamparina Editora.

ARRUTI, José Mauricio. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola / Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

ÁVILA, Affonso; Minas Gerais: monumentos históricos e artísticos – Circuito do Diamante / Barroco 16 – 2^a edição; Belo Horizonte – Versão de 1995; FJP/CEHC.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs)... [et al]. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos / – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza, Priscylla Monteiro Joca, Assis da Costa Oliveira, Bruno Alberto Paracampo Miléo, Eduardo Fernandes de Araújo, Érika Macedo Moreira e Mariana Trotta Dallalana Quintans, organizadores. - Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais; Brasília: IPDMS, 2015.

FURTADO, Marivania Leonor Souza; Aquilombamento contemporâneo no Maranhão: estratégias de luta por direitos territoriais quilombolas. Trabalho apresentado na 29^a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

GOMES, Flavio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma historia do campesinato negro no Brasil / 1^a ed – São Paulo: Claro Enigma, 2015.

MOURA, Gloria. Festa dos Quilombos / Gloria Moura; Lamberto Scipioni, fotos. Brasilia, 2012. Editora: Universidade de Brasília.

MOTA, Isadora Moura. "A galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se": a revolta escrava do serro (minas gerais, 1864) história social" Campinas - SP NO 12 35-51 2006

O'DWYER, Eliane Cantarino, organizadora. Quilombos: identidade étnica e territorialidade / Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, Etnia e Estrutura Social. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.1976.

SVAMPA, Maristella. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración em América Latina; 2003. (Este artículo es copia fiel del publicado en la revista Nueva Sociedad No 244, marzo-abril de 2013, ISSN: 0251-3552, <www.nuso.org>.)

SANTOS, Milton, A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHMITT, Alessandra. TURATTI, Maria Cecília Manzoli CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A Atualização Do Conceito De Quilombo: Identidade E Território Nas Definições Teóricas - Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>)

SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira; (org.) Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes / Brasília: Ipea, 2013.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. Quilombos: identidade e história. 1ª edição Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SUNDFELD, Carlos Ari(org.); Comunidades Quilombolas: Direito à Terra. Brasília: Fundação Cultural Palmares / Minc / Editorial: Abaré, 2002.

GALIZONI, F. M. A Terra Construída - família, trabalho, ambiente e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2000.